

# Diário do Legislativo de 15/05/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATA

#### 1.1 - Reunião de Comissão

### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Plenário

#### 2.2 - Mesa da Assembléia

#### 2.3 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 3.1 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATA

### ATA DA 57ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Às dez horas e quinze minutos do dia dezoito de abril de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Piau, Antônio Carlos Andrada e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Piau, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar as matérias constantes na pauta. A seguir, passa a palavra ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que apresenta à Comissão várias autoridades da área representativa da educação, as quais trouxeram subsídios para o estudo do projeto de reestruturação da carreira do magistério do Estado. O Presidente informa que designou os Deputados Antônio Andrada para relatar o Projeto de Lei nº 1.346/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; José Henrique para relatar o Projeto de Lei nº 1.442/2001, do Deputado Antônio Genaro, e João Pinto Ribeiro para relatar o Projeto de Lei nº 1.447/2001, do Deputado Paulo Pettersen. Esgotada a matéria destinada à 1ª Parte da reunião, o Presidente passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação dos projetos que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados, em turno único, os Projetos de Lei nºs 884 e 1.042/2000, relatados pelo Deputado José Henrique; 1.411/2001, relatado pelo Deputado Antônio Carlos Andrada, e os Requerimentos nºs 2.090 e 2.091/2001, da Deputada Elbe Brandão. Após, passa-se à 3ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados três requerimentos: no primeiro, o Deputado Paulo Piau solicita seja encaminhada à Secretaria de Estado da Educação correspondência sobre o gozo de férias-prêmio de servidor do Estado; no segundo, pede que seja realizada audiência pública com a finalidade de se discutir, com os convidados que menciona, o transporte escolar na zona rural do Estado; no terceiro, o Deputado Antônio Carlos Andrada solicita seja oficiado ao Reitor da UEMG, para que forneça informações sobre a disponibilidade financeira da instituição e sua aplicação para o ano de 2001. A Presidência deixa de submeter o requerimento do Deputado Edson Rezende, recebido pela assessoria da Comissão no último dia 3, tendo em vista o acatamento do requerimento apresentado pelo Deputado Antônio Carlos Andrada. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2001.

Paulo Piau, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - José Henrique.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 242ª reunião ordinária, em 15/5/2001

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 1.815/2000, do Deputado Alberto Bejani, em que pede sejam solicitados esclarecimentos ao Secretário da Saúde sobre a propaganda, veiculada na imprensa pelo Governo do Estado, referente ao Programa Saúde da Família, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.825/2000, do Deputado Mauro Lobo, em que pede sejam solicitadas informações ao Governador do Estado sobre os motivos que estão impedindo os mutuários que celebraram contratos de financiamento habitacional com a extinta MinasCaixa e a COHAB-MG, até 31/12/87, de quitarem seus financiamentos com 100% de desconto, nos termos da Medida Provisória nº 1981-52, do Governo Federal. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.828/2000, do Deputado Rogério Correia, em que pede seja solicitado ao Presidente da COMIG o levantamento das atividades mineradoras efetuadas na serra de Catas Altas, no município do mesmo nome. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.852/2001, da Deputada Elaine Matozinhos, em que pede seja solicitado à Secretaria da Fazenda que informe os motivos de o Estado ter-se posicionado contrariamente à isenção do ICMS para taxistas na aquisição de veículos novos e que proceda à revisão da decisão. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.854/2001, do Deputado Durval Ângelo, em que pede sejam solicitadas ao Poder Executivo informações sobre o contrato de comodato entre o Estado e o América Futebol Clube, cujo objeto é o Estádio Independência, localizado nesta Capital. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.856/2001, do Deputado Pastor George, em que pede sejam solicitadas ao Secretário de Indústria e Comércio informações sobre as atividades dessa Pasta referentes ao desenvolvimento da indústria e do comércio no atual Governo. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.863/2001, do Deputado Alberto Bejani, em que pede sejam solicitadas ao Presidente da CEMIG informações a respeito de isenções de pagamento da conta de energia elétrica, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.876/2001, da Comissão de Política Agropecuária, em que pede sejam solicitadas ao Diretor-Geral do IEF e ao Comandante da Polícia Militar Florestal informações sobre os critérios e procedimentos que determinam a aplicação de multas de natureza ambiental, além de outras que especifica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.884/2001, do Deputado Anderson Adatao, em que pede sejam solicitadas ao Governador do Estado informações sobre os imóveis que especifica, inclusive sobre seu valor, imóveis esses que serão dados em pagamento de parte da dívida contraída pelo Estado junto ao Sindicato da Indústria da Construção Pesada. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.909/2001, do Deputado Pastor George, em que pede sejam solicitadas ao Presidente do Conselho de Segurança Alimentar informações sobre propostas de viabilização de projetos para o vale do Jequitinhonha. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.696, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimentos das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2001. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer. Designado como relator em Plenário, o Deputado Gil Pereira opinou pela manutenção do veto ao art. 5º e seu parágrafo único e aos incisos 9º a 13, 16, 21 a 26, 48 a 50, 59 a 62, 72, 84, 86 a 90, 94 a 96, 99, 100, 107, 5º, 17 a 19, 35, 36, 40, 41 e 108 do Anexo VI do art. 8º; e pela rejeição do veto aos incisos 73, 75, 76, 79, 80 e 82 do Anexo VI do art. 8º.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.419/2001, do Governador do Estado, que dispõe sobre a reorganização de Secretarias de Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 6, da Comissão de Justiça, e as Emendas nºs 7 a 12, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 6, da Comissão de Justiça; as Emendas nºs 7 a 10 e 12, da Comissão de Administração Pública, e as Emendas nºs 13 a 16, que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 11.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 15/5/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.817/2000, da Comissão de Saúde; 1.959/2001, do Deputado Antônio Carlos Andrada; 2.073/2001, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; 2.087/2001, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; 2.115/2001, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; 2.128/2001, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; 2.130/2001, do Deputado Durval Ângelo; 2.131, 2.132 e 2.138/2001, do Deputado Miguel Martini; 2.139/2001, do Deputado Ailton Vilela; 2.150/2001, do Deputado Miguel Martini; 2.153/2001, do Deputado Amílcar Martins; 2.155/2001, da Comissão de Constituição e Justiça, e 2.195/2001, do Deputado Márcio Cunha.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão Especial do BNDES, a realizar-se às 14h30min do dia 15/5/2001

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: obter esclarecimentos sobre a consultoria prestada aos Prefeitos Municipais dos municípios sob influência da Companhia Vale do Rio Doce, a fim de se facilitar a liberação da verba decorrente da privatização da referida empresa.

Convidado: Sr. Soelson Barbosa Araújo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 61ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 15 horas do dia 15/5/2001

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 73ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 16/5/2001

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, a pedido dos Deputados Durval Ângelo e Edson Rezende, questões relativas à promoção na PMMG, notadamente a não-inclusão de 45 oficiais na lista de promoções, bem como as novas promoções a serem efetivadas.

Convidados: Srs. Henrique Hargreaves, Secretário da Casa Civil; Domingos Sávio Mendonça, Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais; Cel. PM. Severo Augusto da Silva Neto, Chefe do Estado-Maior da PMMG; Nedens Ulisses Freire Vieira, Procurador-Geral de Justiça do Estado; Cel. José Maria Gomes, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; Cel. Álvaro Antônio Nicolau, Comandante-Geral da PMMG; Subtenente Luiz Gonzaga Ribeiro, Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais - ASPRA -; Cap. PM. Carlos José Bratiliere, de Montes Claros; Cap. PM. Neuzá Maria Aparecida Mendes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 62ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 14h30min do dia 16/5/2001

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.177/2001, da Comissão de Direitos Humanos; 2.188/2001, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Elbe Brandão, Luiz Tadeu Leite e Marcelo Gonçalves, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2001, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debater, a pedido do Deputado Edson Rezende, a necessidade de se instituir a lei orgânica da Defensoria Pública do Estado. Convidados: Sra. Ângela Maria Prata Pace Silva de Assis, Secretária da Justiça e de Direitos Humanos; Srs. Sérgio Léllis Santiago, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Marcelo Leonardo, Presidente da OAB-MG; Moema Guaraciaba Gomes Pereira, Procuradora-Geral da Defensoria Pública do Estado; Leopoldo Portela Júnior, Presidente da Associação dos Defensores Públicos - ADEP -; Jacson Campomizzi, Procurador-Geral de Justiça Adjunto.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2001.

Edson Rezende, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Braga, Adelmo Carneiro Leão, Carlos Pimenta e Elaine Matozinhos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2001, às 14 horas, no Clube Rio Verde, na cidade de Jaíba, com a finalidade de debater em audiência pública a situação do Hospital Municipal de Jaíba, com a participação do Prefeito e do Vice-Prefeito, do Presidente da Câmara dos Vereadores e do Secretário Municipal de Saúde.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2001.

Marco Régis, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gil Pereira, Fábio Avelar, Márcio Cunha e Pastor George, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/5/2001, às 14 horas, em São Roque de Minas, com a finalidade de se subsidiar o parecer do relator sobre o Projeto de Lei 1.392/2001, que declara o trecho mineiro do Rio São Francisco como patrimônio paisagístico e turístico do Estado e dá outras providências.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2001.

Maria Olívia, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Nº 529/1999

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Ailton Vilela, o projeto em epígrafe dispõe sobre a proibição da venda de cigarros e similares a menores de 18 anos. Publicado em 2/9/99, foi o projeto distribuído à Comissão de Constituição e Justiça, que perdeu o prazo regimental para a emissão do parecer. Tendo recebido parecer pela rejeição nesta Comissão, em 1º turno, o projeto foi enviado à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que também perdeu o prazo regimental estabelecido. Enviado então, a pedido do autor, ao Plenário, foi o projeto aprovado em 1º turno. Agora, vem o projeto a esta Comissão a fim de receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 189, § 1º, c/c o art. 102, XI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

Tem a Comissão de Saúde, como todas as outras comissões permanentes, com exceção da Comissão de Constituição e Justiça, competência para a emissão de parecer voltado para a apreciação do mérito dos projetos que se lhe encaminham. Dessa forma, não é razoável esperar que, no âmbito desta Comissão, sejam os projetos rejeitados em razão de questões que envolvam a legalidade, a juridicidade ou a constitucionalidade de seus dispositivos.

Nos termos do art. 184, § 2º, do Regimento, a esta Comissão, neste turno de tramitação, compete unicamente a apreciação do mérito, sem maiores preocupações com as atribuições de competência de outras comissões da Casa, as quais, ainda que não se tenham pronunciado, tiveram o prazo devido para que o fizessem.

"Art. 184 - .....

§ 2º - No 2º turno, a proposição retornará apenas a 1 (uma) comissão para o exame dos aspectos relativos ao mérito, ressalvado o disposto no art. 183".

Assim, limitando-nos à avaliação de conteúdo, nada temos a reprovar ou a remendar neste projeto. É de amplo conhecimento que o tabagismo é um dos maiores problemas de saúde pública nos dias de hoje. Todos os dias temos exemplos e notícias de problemas gravíssimos decorrentes da prática reiterada do tabagismo. A partir desse entendimento e uma vez que o projeto de lei tem como objetivo proibir a venda de cigarros e similares a menores de 18 anos, punindo com multa o comerciante que infringir esta regra, não há dúvidas de que aponta para a luta contra o tabagismo naquela que é possivelmente a camada da população mais suscetível de sucumbir ao vício - a juventude.

O tabagismo é uma das principais causas de morte no País, e o vício começa, na maioria das vezes, quando o cidadão ainda é criança. Entendemos que a aprovação deste projeto, com sua posterior regulamentação, contribuirá para a melhoria da saúde dos mineiros, diminuindo, assim, o surgimento prematuro do vício, que tanto mal faz à população. As estatísticas mostram índices alarmantes de mortes e de crianças já viciadas. Como legisladores, não podemos nos omitir diante de tal situação e deixar de trabalhar para a aprovação e a divulgação deste projeto de lei.

Nos termos do parecer proferido, em 1º turno, por esta Comissão, "O Brasil ainda investe pouco nas medidas preventivas para a conservação da saúde dos seus cidadãos. O combate ao tabagismo, a despeito das normas jurídicas já existentes e das campanhas de esclarecimento à população, merece atenção redobrada de nossa parte, especialmente no que diz respeito ao público jovem, mais vulnerável às más influências da propaganda feita pela indústria desse setor. Assim, entendemos como muito louvável e meritória a iniciativa do autor, uma vez que sabemos o quanto é fácil o acesso ao produto por parte dos jovens, que não encontram barreiras para a sua aquisição, numa clara e acintosa inobservância da

legislação em vigor".

Todavia, ao contrário do parecer citado, que levou em conta aspectos de legalidade e constitucionalidade e optou pela rejeição do projeto, nos ateremos às questões de mérito, optando pela aprovação do Projeto de Lei nº 529/99 por inegável avaliação positiva de mérito.

#### Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 529/99 na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2001.

Marco Régis, Presidente - Elaine Matozinhos, relator - Adelmo Carneiro Leão - Carlos Pimenta.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 238ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 3/5/2001

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, saúdo os inventores que se encontram no nosso saguão, fazendo uma exposição interessantíssima. A Cooperativa de Trabalho dos Intelectuais e Inventores do Brasil, por meio de seu Presidente, Edimar Dutra, tem feito grande esforço para divulgar o magnífico trabalho que revela o potencial dos inventores mineiros. Trazem, com suas invenções, estudos e novidades, que representam uma grande contribuição para Minas Gerais. Parabeno-os em meu nome e no dos demais parlamentares.

Sr. Presidente, faço um apelo à Mesa para que, na próxima reunião, delibere com relação a um requerimento que encaminhamos, referente a denúncias de irregularidades na licitação realizada pela CEMIG, que contratou o escritório do Dr. Sacha Calmon, e culminou com a demissão da Procuradora Misabel Derzi. Apresentamos requerimento para que a CEMIG encaminhasse a esta Casa todo o processo licitatório. Até agora, a Mesa não deu provimento ao pedido, sendo que nada sabemos sobre a documentação.

Não é possível que um fato dessa gravidade, que acabou por provocar, por parte do Governador, a suspensão do contrato e a demissão da Procuradora do Estado, em que o próprio Ministério Público assumiu a investigação, não mereça a devida atenção desta Casa. É preciso que a Assembléia verifique essa documentação para que possa se pronunciar oficialmente e participar das investigações, já que se trata de recursos da ordem de R\$500.000.000,00.

É preciso analisar o assunto, porque, logo após a suspensão do contrato, o próprio Governador determinou que a CEMIG fizesse o serviço não com escritórios particulares, mas com seus próprios advogados. Se a CEMIG tinha advogados para fazer o serviço, por que a licitação e o contrato? Muitas questões pairam no ar, e não podemos deixar o assunto morrer. É preciso apurar as irregularidades, inclusive para isentar aqueles que foram vítimas de suspeição.

Na análise do processo, alguns virão à tona, e outros poderão ser isentados. É preciso que a Mesa acelere a questão do requerimento, a fim de que o Plenário delibere para que a CEMIG encaminhe a documentação. É estranho o fato de a CEMIG, órgão diretamente ligado ao Governador, que apóia todas as CPIs, não haver mandado, por conta própria, a documentação a esta Casa. Fala-se uma coisa, mas a prática é outra.

Faço este apelo para agilizar a tramitação desse pedido de informações para que a CEMIG encaminhe, o mais rápido possível, a documentação relativa à contratação do escritório para a recuperação de créditos tributários da companhia.

O outro assunto diz respeito aos Juizes de Paz.

A Assembléia do Estado votou a Lei nº 13.454, de 12/1/2000, há mais de um ano, em obediência às disposições do art. 98, inciso II, da Constituição da República, e art. 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da mesma Carta, que organiza a Justiça de Paz em nosso Estado, observando, ainda, o que prevê a Constituição mineira.

Atendendo a reivindicação dos Juizes de Paz, a Casa votou a lei regulamentando toda a matéria, inclusive disciplinando a eleição do Juiz de Paz. Foi estabelecida, no corpo do projeto aprovado e sancionado, uma tabela modesta de vencimentos, porque sabemos que a situação financeira do Estado é difícil. Pela tabela aprovada, um Juiz de Paz, no menor nível, receberia R\$263,00 e, em maior nível, dependendo, obviamente, da entrância em que estivesse atuando, iria receber até R\$800,00.

A Casa votou essa lei há mais de um ano e meio, e, depois, quando a Assembléia aprovou a lei de organização do Judiciário, em um capítulo específico, foram repetidos e garantidos esses direitos. Acontece que, há quase um ano e meio, esses Juizes de Paz, em sua grande maioria pessoas idosas, estão batendo às portas do Tribunal de Justiça, pedindo que se cumpra a lei, passem a receber o que a lei determina; ninguém contestou, e, o que é mais grave, ninguém vetou. O projeto foi sancionado, virou lei, ninguém questionou judicialmente nenhum artigo, mas, simplesmente, não se cumpre a lei. E esses homens idosos, que deram toda a vida a essa função, não conseguem ser enquadrados no que prevê a lei para receber seus vencimentos.

Diz o art. 27 dessa lei: "Até a posse dos titulares eleitos" - porque, segundo a lei, haverá eleição - "serão mantidos os Juizes de Paz e seus suplentes em exercício na data de publicação dessa lei, com as competências nela previstas e com a remuneração constante de seu anexo", que é essa tabela a que me referi.

Quero me dirigir ao Tribunal de Justiça, fazendo um apelo para que veja, com carinho, a situação dos Juizes de Paz e encontre uma solução para esse problema. Não é possível que esses senhores, já de idade avançada, depois de servirem com boa-vontade, boa-fé, desprendimento, com sacrifício até, porque não ganham nada, agora que a lei, depois de muito tempo, assegura-lhes algum direito, o Tribunal não tenha atenção especial para com eles, não encontre uma forma de atendê-los, antes que seja tarde demais. (- Manifestação das galerias.)

Sr. Presidente, gostaria de me referir, se V. Exa. me dá licença, às galerias. Nosso voto é inteiramente favorável à posição da UEMG. Nosso partido, o PSDB, está ao lado do Deputado Paulo Piau nessa luta; tenho certeza de que nosso voto será favorável à reivindicação dos alunos da UEMG.

Acontece que a Assembléia tem um Regimento, e esta fase da reunião é dos oradores, não é de votação. Só na fase seguinte é que haverá votação. Não há como queimar essa etapa, pela questão regimental. Estejam certos de que, no momento exato, estaremos apoiando a posição dos senhores.

Da mesma forma que a UEMG comparece aqui, reivindicando seus direitos, dezenas, centenas de Juizes de Paz, idosos, que, muitas vezes, não têm condições de vir aqui, estão também a exigir e a pedir de nós a mesma luta e empenho que estamos tendo para com os senhores. Estamos aqui para defender aqueles que, muitas vezes, não têm condições de estar presentes.

Peço a compreensão dos senhores, porque temos de ter sensibilidade, abrir a mente e usar a voz para defender todos aqueles que precisam de ajuda em todos os rincões do Estado.

Sr. Presidente, quero me referir também a outra questão importante: muitos municípios mineiros conveniados com o IPSEMG se encontram numa situação emergencial, pois, há mais de 30 anos, recolhem contribuições de patrões e de servidores e estão ameaçados de ser considerados inadimplentes com as obrigações previdenciárias, porque a Lei Federal nº 9.717, de 1998, e a Emenda Constitucional nº 20/98, num entendimento leonino do INSS, proibem os sistemas conveniados. Se isto ocorrer, será a falência múltipla dos municípios.

Nesse sentido, vimos propor uma audiência pública ou um fórum de debates para que esta Casa patrocine a causa, determinando, de imediato, a regularização do sistema com o IPSEMG, o qual passará a responder pelos benefícios das aposentadorias dos servidores municipais, aumentando-se, se for o caso, o percentual das contribuições patronais, atualmente 4% da remuneração dos segurados, com ação simultânea para neutralização da aplicação da lei federal. É preciso que a Assembléia encontre uma forma de salvar os municípios, que estão sendo estrangulados por causa dessa questão.

Por fim, gostaríamos de dar ciência à Casa de que estamos encaminhando um requerimento pedindo a instalação de uma Comissão Especial para dar seqüência aos desdobramentos da lei que foi votada no final do ano passado, de autoria do Deputado Alberto Bejani, que se refere à Lei Robin Hood, à distribuição do ICMS aos municípios mineiros. Foi aprovada uma lei e prorrogada por um ano. Assim, é preciso que a Assembléia comece a estudar com detalhes essa questão, para que, no final deste ano, não cheguemos ao ponto a que chegamos, no final do ano passado, em que, na correria, no afogadilho, tivemos que arranjar uma saída emergencial para o caso. Existem vários detalhes, várias questões para serem discutidas, e o momento é agora. Estamos no primeiro semestre e precisamos discutir com os Prefeitos que tomaram posse essa questão da receita dos municípios referente ao ICMS.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)\* - Agradeço o aparte, Deputado Antônio Carlos Andrada.

Com relação às suas considerações referentes ao IPSEMG, gostaria de dizer que já está sendo elaborado um projeto pelo Instituto, que vem corrigir exatamente essa distorção. O IPSEMG já entrou na Justiça Federal, há muito tempo, com ação contra a Emenda nº 20, do INSS. Foi dado parecer favorável, e o IPSEMG está elaborando esse projeto para enviá-lo a esta Casa, para que o IPSEMG possa recolher com 4% a mais, em vez de 12% ou 16%, como faz o INSS. Isso significa que, com um percentual bem menor, o IPSEMG vai cobrir a aposentadoria de todos os funcionários do Estado, inclusive corrigir uma injustiça que existe com relação àqueles que são contratados e não têm direitos, quando vencem seus contratos.

Faço essa observação por causa da preocupação correta e justa que V. Exa. manifestou desta tribuna.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço o aparte de V. Exa., como sempre com bom-senso e discernimento, trazendo grande contribuição para esse debate que aflige os municípios mineiros. É preciso ter um ponto de partida e um de chegada, para que os municípios possam pautar suas vidas orçamentárias e financeiras diante de um problema tão grave como esse, que é o problema previdenciário.

Quero aqui, Sr. Presidente, encerrando minhas palavras, dirigir-me, mais uma vez, às galerias. Estejam certos de que a Assembléia vai fazer a sua parte. Derrotaremos o veto do Sr. Governador, e a UEMG vai começar a enfrentar uma vida nova em favor dos professores e dos alunos. Tenham a certeza de que estaremos firmes para dar o voto decisivo, se for o caso, para que a vitória da UEMG comece a se transformar em realidade e deixe de ser apenas um discurso, uma promessa, que já dura dois anos, desde a posse do atual Governador. Muito obrigado.

\*- Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes nas galerias, telespectadores da TV Assembléia, funcionários desta Casa, um dos assuntos que me traz à tribuna é parabenizar uma instituição que, há 60 anos - completando suas bodas de diamante -, divulga o Município de Curvelo, a nossa região, o nosso Estado e até mesmo o nosso País. Refiro-me à Associação Mineira dos Criadores de Zebu - AMCZ -, que realizará entre os dias 13 e 20 deste mês, pela 58ª vez, a sua exposição agropecuária e industrial de Curvelo.

Parabenizo a todos que, ao longo desse tempo, construíram o Parque de Exposições Getúlio Vargas, fundado em maio de 1941 pelos Drs. Paulo Salvo, Evaristo Soares de Paula, Viriato Mascarenhas Gonzaga e pela Sra. Mercedes de Paula Pena. Esse parque de exposições vem sediando a exposição especializada de cavalo manga-larga marchador e do gado pardo suíço, tão difundidos em nosso Estado.

No início da minha fala, presto, desta tribuna, a minha homenagem a todos, principalmente à atual diretoria, na pessoa do ilustre Presidente da AMCZ de Curvelo, Dr. Wides Rodrigues Silva Júnior. Convido todos os colegas, todos os que estão nos ouvindo e vendo, para comparecerem ao Município de Curvelo entre os dias 13 e 20 de maio, quando será realizada a 58ª Exposição Agropecuária.

Como segundo assunto, sugiro que todos façam uma grande reflexão sobre o fato que está ocorrendo, no Senado Federal. No Brasil, ao longo dos anos - principalmente de República -, temos vivenciado a todo o instante, e já não é surpresa, denúncias de desvios, de má administração do dinheiro público. Agora, inicia-se uma acareação em que dois Senadores da República estão envolvidos.

Anteriormente, houve outras denúncias. Por exemplo, quem não se lembra dos "anões do orçamento"? Um deles chegou a "ganhar mais de 20 vezes na Loteria" e, depois que saiu da Câmara dos Deputados, não ganhou mais. E o PROER? E a questão dos Bancos, que entraram em insolvência, porque administrações anteriores desviaram os recursos do povo ali depositados? E os Bancos estaduais que faliram? Alguns foram até privatizados.

Fomos relator da privatização do BEMGE e tivemos a clara evidência de irregularidades. Entregamos o relatório ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas e até hoje não tivemos retorno da cobrança dos responsáveis pelos desvios.

Mais recentemente, tivemos a questão da construção do prédio do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, com desvio de quase R\$200.000.000,00, e com o envolvimento de um Senador, Luiz Estêvão, que foi cassado, e do Juiz Nicolau. Muitas pessoas ficaram muito ricas e não tiveram os seus bens seqüestrados. Seria necessário seqüestrar os bens das pessoas toda vez que se confirmasse desvio do dinheiro público para enriquecimento ilícito de alguém. Não temos visto isso. As pessoas, às vezes, são afastadas dos seus cargos, mas permanecem com todos os bens que adquiriram.

Agora, a SUDAM e a SUDENE foram fechadas pelo Governo Federal, mas não são as entidades as responsáveis pelos desvios, pela má administração; são os dirigentes, são as diretorias ou grupos que desviaram esse dinheiro público. Não basta fechar uma entidade e abrir outra. O problema está nos administradores, nos homens públicos e em muitos políticos. É preciso chegar a essas pessoas. Não basta abrir CPI, e não punir os responsáveis. Temos que denunciar isso. O povo já não agüenta. Para que a acareação que está acontecendo agora não acabe em "pizza", é preciso que o povo esteja comprometido e se envolva, como se envolveu no caso Collor, para que haja o afastamento dos culpados, não só os dois que estão sendo denunciados, também o Senador Jäder Barbalho, que, se tiver culpa, terá que pagar.

Queremos, desta tribuna, chamar a atenção de toda a população brasileira para os fatos que estão ocorrendo no nosso País. O País tem jeito, precisamos consertá-lo, precisamos dar condições dignas ao nosso povo, que só não as tem por causa de tantas irregularidades. Quero pedir a todos que estão nos ouvindo e vendo que nos ajudem, que mandem telegrama para os responsáveis - já mandamos para os Senadores de Minas Gerais -, para que tenham consciência, isenção e dignidade e não cedam a pressões políticas, nem mesmo do Governo Federal. Vamos apurar corretamente, sem condenar injustamente, mas buscando a verdade e punindo os culpados para que o povo volte a acreditar no País, no Estado e nos homens públicos.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)\* - Deputado Doutor Viana, sei da preocupação de V. Exa. com relação ao IPSEMG. No seu pedido da CPI da Saúde para que se ouvissem os Diretores e o Superintendente do IPSEMG, entendemos que, com a prorrogação da CPI da Saúde, esse seria um fato a extrapolar o objeto dessa Comissão.

Quero apresentar um pedido para abertura da CPI do IPSEMG. Já temos a assinatura de 40 Deputados. Temos denúncias graves como, por exemplo, o pagamento de uma cintilografia miocárdica no Biocor feita pelo IPSEMG em torno de R\$12.000,00; ou uma punção subclávia paga ao Hospital São Lucas de Montes Claros no valor de R\$14.000,00; ou um paciente internado, durante sete dias, que recebeu 641 horas de oxigênio; ou uma paciente internada que recebeu dez curetagens. E tantas outras denúncias graves que temos

que avaliar.

O Deputado Marcelo Gonçalves esteve e está conosco, tendo, aliás, nos ajudado a recolher as assinaturas dos Deputados. Já temos 40 assinaturas para solicitar a abertura dessa CPI, que é da maior urgência. V. Exa. foi um dos primeiros Deputados que levantou essa questão. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Ilustre Deputado Edson Rezende, já assinamos o pedido. Aliás, solicitei que houvesse investigação através da CPI da Saúde. Mas sou favorável à instalação da CPI do IPSEMG. Fui um dos primeiros a assinar esse pedido, porque acho que devemos apurar em qualquer setor ou órgão denúncias de prováveis irregularidades. Vamos esclarecer e buscar o melhor para o IPSEMG, que tem feito um bom trabalho. Se está havendo alguma mancha, deve ser limpa o mais rápido possível.

Com relação ao projeto da UEMG, quero informar às galerias que na próxima fase dos nossos trabalhos estaremos votando o projeto.

A Deputada Elaine Matozinhos (em aparte)\* - Nobre Deputado Doutor Viana, neste momento quero parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento e lembrar aos Deputados da Casa o que representa uma CPI. Na Casa, tivemos uma CPI da Carteira de Habilitação. Na realidade, apurou três únicos casos e expôs as instituições, Polícia Civil e o DETRAN, em nível nacional, e trouxe um prejuízo político, administrativo e funcional à Secretaria da Segurança Pública.

Quero lembrar que a situação foi tão grave que alguns meses após o então Diretor, Dr. Ronaldo Jaques Carmargos, nosso fraterno amigo, um dos Delegados mais honrados que a polícia já teve, veio a falecer. Acho que o IPSEMG já está tomando todas as medidas internas por via de três ou quatro auditorias para apurar as irregularidades.

Acho que a Casa deveria ter calma e serenidade nesse processo e esperar as auditorias que estão em andamento nesse órgão. O IPSEMG tem Presidente e Superintendentes honrados, que estão prestando um bom serviço ao Estado. Temos que esperar essas auditorias para não macular um instituto que é nosso, dos servidores. Às vezes, um ou dois casos acabam denegrindo todo o órgão. Tenho a certeza que isso não beneficiaria a Casa, o Instituto nem o povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana\* - Realmente, o trabalho que o Presidente vem fazendo com a sua auditoria é dos mais louváveis. Vamos investigar se todas as informações são verídicas.

São deveres desta Casa a fiscalização e a investigação.

Para concluir, Sr. Presidente, o País talvez comece hoje a mudar a sua cara, a sua face. Vamos fazer com que, cada vez mais, os homens públicos e o povo, principalmente, sejam respeitados. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite\* - Agradeço a V. Exa. e ao Deputado Marcelo Gonçalves.

Como Presidente da CPI que investigou a facilitação na obtenção de carteiras de habilitação no Estado, gostaria de oferecer a visão correta do trabalho dessa CPI. Era o Presidente da Comissão; tive como Vice-Presidente o Deputado Alberto Bejani e como relator o Deputado Ivo José. Procuramos realizar um trabalho com muita seriedade. Pudemos concluir, ao final, que o Estado estava perdendo muitos recursos. Fizemos propostas de emenda à Constituição e de legislação para melhorar a situação. Conseguimos a retirada das bancas examinadoras, o que dava oportunidade de fraudes, aprovando motoristas que não tinham condições de dirigir pelas nossas estradas.

Discordo do posicionamento da parlamentar que utilizou o microfone anteriormente. O trabalho que realizamos foi feito com muita seriedade. As CPIs devem acontecer para trazer à população de Minas e do Brasil as informações corretas, para que possamos melhorar a situação investigada.

Reconheço o direito de manifestação dos estudantes da UEMG. Da parte da Oposição, estamos dispostos a votar pela derrubada do veto do Governador. O Governo do Estado vetou a possibilidade de a UEMG receber esses recursos que a Assembléia Legislativa votou favoravelmente a eles. Esperamos derrubar esse veto. Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Marcelo Gonçalves.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, imprensa presente e público das galerias, em nome do PDT quero falar aos estudantes presentes que votaremos a favor de seu projeto.

Quero também cumprimentar o Deputado João Leite, que participou da CPI da Carteira de Habilitação, fazendo um ótimo trabalho. A CPI tem que existir doa a quem doer, e não podemos fazer corporativismo.

Discordo totalmente da Deputada Elaine Matozinhos na questão do IPSEMG. Talvez ela não tenha os mesmos dados que eu, mas espero que esteja nos ouvindo com atenção, pois, a partir deles, certamente, tornar-se-á favorável à CPI do IPSEMG.

Já foram noticiados alguns dados em relação ao Biocor: "Em 15/3/2001, a Sra. Terezinha Maria de Oliveira Azevedo, professora aposentada, fez reclamação na Diretoria da Saúde do IPSEMG quanto ao valor de uma cintilografia óssea realizada em seu esposo, Pedro Gerônimo de Azevedo, no Hospital Biocor, em janeiro de 2000. Em sua reclamação, cita que o valor cobrado pelo IPSEMG foi de R\$2.626,84, sendo que, nos hospitais, uma cintilografia custa R\$274,00. Comprovou-se a veracidade das informações da Sra. Terezinha Azevedo. O IPSEMG determinou desconto abusivo no salário da aposentada em parcelas mensais de R\$59,97, sendo que essas parcelas foram calculadas pela 4ª Seção de Registro, Descontos e Informações sobre o valor de R\$1.838,79, que corresponde a 70% do valor da cintilografia óssea realizada em seu esposo". Ora, uma cintilografia, em qualquer hospital, custa R\$274,00; ela está pagando pelo mesmo serviço R\$1.838,00, através do convênio. Isso é um absurdo.

A seguir, temos mais denúncias. A Superintendência de Interiorização mandou pagar o exame citado no Hospital Biocor, no valor de R\$2.626,00, conforme a folha 26 do Relatório de Execução do Orçamento, relativo a janeiro de 2000, sendo que, na tabela do IPSEMG em vigor, o valor da cintilografia óssea é de R\$170,00.

Analisando-se o referido relatório da Seção de Execução do Orçamento, descobriu-se também que o IPSEMG pagou valores estratosféricos ao Biocor por uma cintilografia do miocárdio: R\$12.873,00. O paciente chama-se José Márcio dos Santos, e tudo está comprovado. Maria Pereira pagou uma cintilografia no valor de R\$5.400,00. Há ainda várias denúncias nesse sentido. No total, o IPSEMG pagou ao Biocor mais de R\$80.000,00. E, depois dessas denúncias, o Biocor enviou outra fatura, no valor de R\$11.000,00, alegando que errara, apesar de a fatura anterior já ter sido paga.

O que aconteceu? O Biocor, que já havia recebido mais de R\$80.000,00, não devolveu esse valor e ainda embolsou mais R\$11.000,00.

Sr. Presidente, entendemos a ansiedade dos jovens estudantes, mas, como já foi dito, de acordo com o Regimento Interno, a votação ocorre depois das 15h30min.

Todos os Diretores foram exonerados, sem exceção, pelo Superintendente de Interiorização, Dr. Roberto Bitencourt. Depois de tantas denúncias, o Presidente do IPSEMG nomeia, como interventor, o Dr. Roberto. Exonerou quem estava apurando as denúncias e nomeou interventor o Dr. Roberto. Citei alguns casos de hospitais. Por uma curetagem pós-aborto, o IPSEMG pagou ao Hospital São Lucas R\$10.174,00, sendo que o valor constante na tabela do Instituto é R\$248,00. Por uma colectomia, o IPSEMG pagou a esse mesmo hospital R\$45.000,00, sendo que na tabela consta, para esse procedimento, o valor de R\$4.000,00. A taxa maior para tratar um ferimento gira em torno de R\$700,00, e o IPSEMG

pagou, para isso, R\$11.000,00 a esse hospital. Há provas disso. É mais do que justo formar essa CPI do IPSEMG. Sou totalmente contra a opinião da Deputada Elaine Matozinhos.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Deputado Marcelo Gonçalves, alguns Deputados já subiram a essa tribuna depois dessas denúncias. Fui autor de um requerimento em que solicitava fosse o Presidente do IPSEMG convocado para uma reunião da Comissão de Saúde. Os membros da Comissão derrotariam o requerimento, mas alguém com mais sensibilidade impediu que isso acontecesse, para que fosse apresentado à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Espero que esses Deputados que subiram à tribuna tenham informações suficientes para contradizer aqueles documentos que chegaram às nossas mãos.

Fui Presidente da Comissão Especial e da CPI do IPSEMG. Houve grande demanda dos funcionários daquele Instituto para que pudessem gerenciar os recursos dos servidores. Essa demanda foi atendida pelo Governador Itamar Franco. A situação ficou pior porque antes havia apenas o problema do repasse dos recursos. Agora há o problema dos desmandos em relação aos recursos públicos. Isso é um roubo. Não há outra palavra para ser usada. Se o procedimento vale R\$700,00, e foram pagos R\$11.000,00, isso é roubo. É um absurdo que tenhamos de falar, a cada dia, sobre mais casos de corrupção e de roubo deste Governo. Apoiamos o PSDB, que apoiou a criação da CPI. Indicaremos pessoas da Bancada do PSDB que, de fato, analisarão mais a fundo essas questões. A sociedade não mais aguenta tanto roubo e corrupção.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Agradeço o aparte de V. Exa.

Por uma labarotomia, com drenagem de abscesso, foram pagos R\$34.000,00 ao Hospital.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Entendo que é chegado o momento de se passarem a limpo as denúncias que nos chegam com relação ao IPSEMG, em Belo Horizonte e em Montes Claros. Sou médico em Montes Claros, não tenho ligação profissional com o Hospital São Lucas, mas gostaria que fosse dada ao referido Hospital a oportunidade de defesa, já que presta serviços há muitos anos naquela cidade, com mais de 200 profissionais, que têm prestado serviços à comunidade. É necessária a apuração do fato, mas não podemos prejudicar uma instituição que tem feito belíssimo trabalho na nossa Montes Claros. Apóio integralmente a CPI, pois o dinheiro do povo mineiro deve ser muito bem gerenciado, para que sobre recursos para a UNIMONTES, para a UEMG, para a população mais carente. Fui o Presidente da Comissão Especial da UNIMONTES e da UEMG, defendendo as instituições, mas é importante que o Hospital São Lucas não seja exposto à execração pública sem lhe ser dada oportunidade de defesa. E a melhor oportunidade que temos é a CPI, que o PSDB, assim como este Deputado, apóiam integralmente.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Estamos instalando a CPI do IPSEMG exatamente para dar oportunidade de defesa ao Hospital São Lucas e ao Biocor. Queremos maior transparência no emprego do dinheiro público.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte)\* - Gostaria de explicar ao pessoal das galerias que não adianta aqui ficar. Sugiro que procurem os Deputados nos gabinetes para que venham ao Plenário, a fim de conseguirmos quórum para votação. Se não correrem atrás de Deputados, não teremos votação.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Sr. Presidente, não entendemos a posição do Presidente do IPSEMG, João Diniz Pinto Júnior, colocando como interventor Roberto Bittencourt, que exonerou toda a diretoria que investigava o superfaturamento do IPSEMG. As assinaturas para a CPI do IPSEMG já foram colhidas, e espero que o processo se inicie o mais breve possível.

O Deputado José Milton (em aparte)\* - Preocupado com a questão do IPSEMG, estive com o Presidente João Diniz, procurando informações acerca de denúncias que recaem sobre aquela instituição.

Sabemos que o IPSEMG realiza um grande trabalho hoje, em todo o Estado, particularmente depois que Dr. João Diniz assumiu a Presidência daquele Instituto. Preocupado, indaguei-lhe sobre algumas situações, pois sentimos, pelo alto nível e grau de denúncias, que existe certo exagero. Há uma grande preocupação do órgão, hoje, do seu Presidente, por meio de auditoria interna, em esclarecer os fatos, colocando-os à disposição da opinião pública, da imprensa. Essa auditoria interna está sendo feita pela Secretaria da Fazenda e pelo próprio Tribunal de Contas. Hoje mesmo, a imprensa noticiou declarações do Desembargador Airton Maia; ele afirma que, feito o levantamento de inúmeros casos e informações, constatou apenas uma irregularidade.

Sabemos que o Presidente do IPSEMG é um homem honrado, sério, fez carreira naquela instituição, tem quase 30 anos de serviço, portanto está acima dessas denúncias. A própria auditoria interna vai comprovar que, por parte do Presidente, não existe irregularidade que tenha provocado, seja do seu interesse ou dele tenha partido. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, usamos a tribuna para chamar a atenção de algumas questões graves que estamos vivendo no Estado. Neste momento, devem estar depondo, na acareação, os Senadores da República envolvidos na quebra do sigilo do painel eletrônico. O que a sociedade está a exigir dos homens públicos, do Senado é que se respeitem os princípios, os valores e a lei. É isso que estamos cobrando, que o homem público, os servidores públicos não ajam como antigamente, quando havia total desmando.

Gostaria de dizer que, talvez porque não se vêem os princípios respeitados, também as galerias ainda não estejam acostumadas a respeitar o direito de o outro falar. Meu direito termina quando começa o do outro.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte)\* - Deputado Miguel Martini, gostaria de um aparte antes de V. Exa. começar o pronunciamento. O Deputado José Milton lembrou bem que o Desembargador Airton Maia fez sindicância, e não achou irregularidade no IPSEMG. Na Loteria do Estado, também fez sindicância, e não achou irregularidade, mas foi afastado, assim mesmo, da diretoria. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Queríamos continuar o nosso raciocínio e dizer que, provavelmente, o comportamento da sociedade civil tem muito a ver com a falta de exemplo das altas autoridades. O próprio Poder Judiciário de Minas Gerais, encarregado de cumprir e de aplicar a lei, descumpra-a acintosamente.

Quanto à lei do selo de fiscalização, sancionada em março do ano passado, por interesses dos grandes cartórios, não se licita esse selo. O Poder Judiciário descumpra a lei. O Governador do Estado descumpra a lei que prevê o SIAF-Cidadão, que obriga o Estado a disponibilizar as informações a respeito dos recursos que arrecada e gasta, escondendo não sei o quê.

A sociedade vai aprimorando a sua prática à medida que cada um começa a cumprir os seus deveres para poder exigir os seus direitos. Aqueles que não são capazes de cumprir também não têm autoridade para exigir. Hoje, realmente, temos o direito de exigir que, principalmente aqueles que estão nos cargos públicos e aqueles que são servidores públicos ajam com correção, com ética, com moralidade e, acima de tudo, com respeito à legislação vigente.

A Lei Federal nº 10.169, de janeiro deste ano, já deveria estar sendo aplicada pelo Judiciário de Minas Gerais, mas não foi colocada em prática. Existe uma lei estadual de março do ano passado, que, até hoje, não foi colocada em prática.

É por isso que estamos pedindo ao Colégio de Líderes e ao Presidente desta Casa que seja instaurada a CPI dos Cartórios, para sabermos quais são os interesses que estão por detrás de tudo, por que não se faz concurso público para os cartórios, por que não se implanta o selo de fiscalização. Assim, talvez, saberemos quais são os interesses, quais são os interessados e por que a lei não é cumprida.

O Deputado Mauro Lobo (em aparte)\* - Deputado Miguel Martini, agradeço o aparte.



O assunto que trago tem muito a ver com o interesse da maioria dos Deputados desta Casa e dos jovens presentes nas galerias. Seria bom que prestassem um pouco de atenção, porque esse assunto interessa diretamente a vocês.

Temos visto várias ações e pronunciamentos a favor da efetivação das duas universidades estaduais, a UEMG e a UNIMONTES. Obviamente, percebe-se uma vontade firme da maioria dos Deputados, não sei se em número suficiente para a derrubada desse veto.

Mas há algo que me preocupa: o Governo não define uma política para as universidades estaduais, assim ficamos no ar. Afinal, o que o Governo vai fazer? Qual é a dotação orçamentária que vai propor? Enfim, qual é a proposta política do Governo para a UEMG e a UNIMONTES?

Lamentavelmente, a proposta não é para prestigiar essas duas universidades. Falo isso porque tenho comigo que copiamos da Internet. (- Lê:) "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Requerente: Governador do Estado de Minas Gerais. Requerido: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Dispositivo legal questionado: Emenda à Constituição nº 47, de 27 de dezembro de 2000."

Essa é a emenda que destina 2% dos recursos para as universidades estaduais. Mas o Governador entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, porque deseja derrubar essa emenda.

Podemos perceber que é muito importante esse trabalho junto a cada Deputado, a cada bancada, a fim de que esse veto seja derrubado. Se depender do Governador do Estado, a UEMG e a UNIMONTES continuarão no mesmo nível insatisfatório, não atendendo às demandas dos nossos jovens, que buscam uma universidade pública de qualidade.

Nesta Assembléia, temos de trabalhar para que isso se torne uma realidade. Não podemos deixar que Minas Gerais destine às suas universidades - não vou me referir a São Paulo - recursos menores do que os de vários Estados, como Rio de Janeiro e Paraná. O nosso Estado não pode ficar na retaguarda do ensino público superior. Por isso, essa atitude do Governador demonstra, de uma forma muito clara, sua real intenção. Muito obrigado, Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Deputado Mauro Lobo, apesar de o Governador ter dado entrada a essa ação direta de inconstitucionalidade, tentando derrubar os 2% determinados pela Constituição, não estamos impedidos de derrubar esse veto, obrigando, assim, que o Governador execute esses R\$150.000.000,00. Espero que isso não sirva de desculpa para que a base de apoio ao Governador diga que não adianta derrubar o veto. Adianta, sim. Independentemente dos 2%, teremos pelo menos para este ano R\$150.000.000,00 garantidos no orçamento.

Como V. Exa., Deputado Mauro Lobo, muito bem disse, o Governador não tem projeto nenhum para a área da educação. Mas também não tem projeto nenhum para as áreas da saúde, da segurança pública, do saneamento básico e do turismo. É um Governo sem nenhuma proposta para governar e fazer o Estado de Minas crescer. A sociedade pergunta: por que quis ser Governador de Minas Gerais ou para que quis ser Governador de Minas Gerais? A resposta que temos, até agora, é que, por meio dos aviões e com os recursos públicos de nosso Estado, por este Brasil afora, está fazendo sua campanha para a Presidência da República. (- Palmas.) Enquanto ele viaja, há corrupção na FIEMG, na FUNED, no IPSEMG, na FHEMIG, ou seja, em todos os lugares. É claro. O Governador não está aqui para verificar, para fiscalizar, usando dois pesos e duas medidas. Ao mesmo tempo que exige a CPI no Congresso Nacional, diz que aqui não precisa, porque temos auditoria interna. Ora, lá vale um discurso, mas aqui há outro?

A questão envolvendo o IPSEMG é gravíssima, pois vários Deputados estão ocupando a tribuna para defender essa administração.

Quando o Deputado João Leite veio fazer a denúncia, alguns Deputados tomaram as dores e assumiram a responsabilidade de defender essa administração do IPSEMG. Protocolamos um requerimento convocando-os a vir aqui, e esses Deputados tentaram impedir que esse requerimento fosse aprovado, mas vai ser aprovado na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Mas, mais do que isso, vamos lutar para a implantação dessa CPI, porque, como já disse, foram os próprios servidores desse Instituto que reivindicaram poder administrar, gerenciar todos os recursos que são dos servidores. E o que estamos vendo? Atos cirúrgicos que valem R\$700,00 sendo pagos com R\$14.000,00, R\$11.000,00. Não é possível que uma coisa dessas aconteça. E, quando se tenta isentar o Presidente - acho que todos são honestos até que se prove o contrário -, ele tem de provar que é honesto, porque aqueles que denunciaram foram demitidos e aqueles que cometeram a injustiça foram colocados como auditores. Está uma situação muito mal explicada, e esta CPI, da mesma forma que a CPI dos Cartórios, tem a obrigação de colocar tudo isso em pratos limpos. Fui procurado por um grupo de servidores, que disse: "Deputado, lembro-me de quando V. Exa. foi Presidente daquela CPI". A situação agora está muito pior do que estava na época. É obrigação nossa agir com honestidade, com transparência, com ética, com moralidade. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ilustres visitantes, estudantes da UEMG, em primeiro lugar, queria cumprimentar todos vocês e falar da alegria desta Casa em recebê-los - minha, em especial, não só pelo fato de ser professor, mas também pela estreita relação com a universidade. Sou autor de uma lei, aliás, a primeira lei deste Deputado sancionada pelo Governador, que doou um terreno para o "campus" da UEMG, na Cidade Nova. Na administração passada, eles queriam fazer uma delegacia nesse bairro, e nós, por meio da comunidade, impedimos isso. Na época, eu era Vereador e já lançávamos a idéia de construir a sede do "campus" da UEMG, em vez da delegacia. Assim que entrei nesta Casa, o primeiro projeto que apresentei foi esse. Portanto, hoje, isso é lei. Iremos construir, na Avenida José Cândido da Silveira, no Bairro Cidade Nova, o "campus" da UEMG. É, então, desnecessário dizer que estou ao lado da UEMG.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, apresentei um projeto que já tramitou nas comissões, está apto a vir a Plenário e deve merecer o apoio do Estado. Ele institui a Ouvidoria de Licitação. Dessa forma, iremos contribuir para diminuir a possibilidade de corrupção no poder público.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)\* - Agradeço o aparte, até porque precisava trazer ao Plenário esclarecimentos sobre uma discordância que tive num debate, na reunião em que se votou o veto a respeito da cobertura securitária dos policiais militares e civis, com o ilustre Deputado João Leite.

O Deputado declarou que esses servidores haviam ficado sem cobertura. Contestei dizendo que não houve esse vazio, até porque foi suspenso um seguro que era desvantajoso para o Estado. Mas foi coberto por meio de lei delegada. Na minha ausência, o Deputado João Leite voltou a afirmar que houve uma interrupção, já que o seguro havia acabado em 1999, e a lei é de 2000. Tendo visto isso hoje, apanhei o texto da lei.

Quero lembrar ao Deputado João Leite que errar é humano, mas perseverar no erro é diabólico. O art. 6º diz o seguinte: "Os militares estaduais, servidores policiais civis e servidores da classe de guarda penitenciário em atividade vítimas de acidente em serviço que ocasionem aposentadoria por invalidez, nos termos da lei previdenciária, receberão do Estado a quantia equivalente a 20 vezes o valor da remuneração mensal percebida na data do acidente, a título de indenização securitária, até o limite de R\$25.000,00".

O seu § 3º diz o seguinte: "Os efeitos do disposto neste artigo retroagem a 21/10/99, data de encerramento da apólice".

Portanto, quero recolocar as coisas nos devidos termos. A propósito dos pronunciamentos inflamados da bancada "fernandista-cardoso", que propugna pela moralidade, vemos, no Governo Federal, uma solução, no mínimo, curiosa em relação à SUDENE e à SUDAM, palco de verdadeiros escândalos. Lá, aquela velha solução de tirar o sofá da sala. Agora, com tantos escândalos de bilhões de reais tornados públicos, a solução encontrada por S. Exa. o Presidente da República é extinguir as duas superintendências.

É uma solução aproximada, que, se transposta para o cenário do Senado, seria equivalente a que se propusesse sua extinção. E fica tudo como está. Não temos visto esse tipo de comportamento em Minas Gerais. Antes, como Líder, e, depois, como Deputado da base, tenho assinado sistematicamente todos os pedidos de apuração. É uma marca que diferencia, de maneira definitiva, o Governo de Minas Gerais e o Governo Federal, que tem, de uma maneira deprimente e revoltante para a população brasileira, impedido as apurações dos inúmeros escândalos de que o povo brasileiro tem sido vítima.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. a gentileza de me ter concedido esse tempo. Quero dizer que me inscreverei na próxima reunião, para tratar da

criação da Ouvidoria de Licitação. Muito obrigado

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite\* - Gostaria de responder à colocação do ilustre Deputado Sávio Souza Cruz. O Deputado lembrou bem, porque não permaneceu naquela reunião plenária. O Deputado, ao trazer os documentos, que também apresentei naquele dia, reafirma o que disse naquele dia. O Deputado defendeu que em momento algum os militares ficaram sem cobertura do seguro. Mostramos que se a lei foi sancionada em junho de 2000 e o seguro encerra em outubro, tivemos esse tempo. Coloquei que a lei retroagia para que fossem atendidos aqueles casos. Mas, efetivamente, durante aquele tempo, não havia uma legislação.

Como Deputado, propus uma emenda concedendo o seguro não nesse nível proposto pelo Governador Itamar Franco, que faz distinção entre Soldado e Sargento. Para S. Exa., a vida do Sargento vale mais que a do Soldado. A do Capitão vale mais que a do Sargento. E a do Coronel vale muito mais.

Fizemos uma proposta clara em relação à vida dos militares. O Deputado Sávio não teve oportunidade de acompanhar tudo. Entendemos um pouco a sua ira. Ele tenta dizer que o Deputado Mauro Lobo e o Deputado Miguel Martini estão, de alguma forma, defendendo o Governo Fernando Henrique Cardoso. O Governo Fernando Henrique Cardoso é o Governo Federal. O Congresso, sim, deve tratar das suas questões. Os Deputados daqui tratam das questões estaduais, sem deixar, claro, de acompanhar, no Congresso, as questões que interessam ao povo de Minas e ao Brasil.

O Deputado Sávio tenta defender o Governo de Minas Gerais, que entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade contra o estudante e a Assembléia Legislativa. Ele não está acostumado - parece-me - com as decisões democráticas do parlamento mineiro. Ao povo de Minas Gerais interessa conceder ao estudante carente uma oportunidade de ingressar numa universidade federal, o estudante que, muitas vezes, não tem oportunidade de chegar a uma universidade federal por causa da competição existente. O Governo tenta atacar os Deputados que estão fazendo aqui o seu trabalho.

Ao que me consta, o Deputado Miguel Martini não faz parte da equipe do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ao contrário do Deputado Sávio, que praticamente serve ao Governo o tempo todo. O Deputado Mauro Lobo também não é Ministro do Governo Fernando Henrique Cardoso. O Deputado João Leite também não faz parte desse Governo.

Esperava que o Deputado Sávio Souza Cruz nos trouxesse alguma informação sobre a questão da UEMG. A informação que nos deu eu já tinha dado da tribuna desta Casa. Aguardamos uma explicação desse Governo que, diz o Deputado Sávio Souza Cruz, afasta. Será que vai afastar o Presidente do IPSEMG? Ele afasta, mas não apura as denúncias. Estamos aguardando a apuração do escândalo da ADEMG até hoje; estamos aguardando a apuração da vinda de firmas fantasmas da Bahia em licitações na administração do Estádio Magalhães Pinto; estamos esperando a apuração da denúncia da lavanderia de Niterói que ganhou uma concorrência da FHEMIG em Belo Horizonte; da verdura, do tomate, dos legumes comprados em São Paulo. Até hoje, não há punição. Afastamos os suspeitos, mas nada se apura. Qual a punição que houve por causa de desvios de recursos públicos? Qual a punição que houve no Estado de Minas Gerais? Não conhecemos punição alguma.

E, agora, a Assembléia Legislativa é surpreendida com essa ação direta de inconstitucionalidade que o Governo impetra contra ela e contra os estudantes da UEMG.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sávio Souza Cruz\* - Sr. Presidente, fui citado e volto à tribuna para reafirmar que errar é humano, perseverar no erro é diabólico.

Sr. Presidente, tenho a íntegra do pronunciamento do Deputado João Leite naquela reunião. Não cita a cláusula de retroação. Isso está disponível no "Minas Gerais" de hoje.

O Deputado João Leite diz que, para o Governador Itamar Franco, as vidas têm pesos diferenciados. Lembraria ao Deputado João Leite que o projeto que foi instituído nesse Governo tem o seu seguro um pouco melhor do que o do Governo do PSDB em Minas Gerais, a cuja base pertenceu no Governo Eduardo Azeredo. Esse Governo, sim, tinha essa lógica de que a indenização era proporcional ao vencimento do servidor. Isso não foi inovação do Governo Itamar. Isso veio do Governo do PSDB, Deputado João Leite. Se não é suficiente, estamos dispostos a revê-los e melhorá-los ainda mais. Seguramente, não é verdade que essa lógica tenha sido criada pelo Governo Itamar Franco.

Mais ainda, quando estava por exaurir o prazo desse desvantajoso - para dizer o mínimo - seguro feito: uma apólice que custou ao Estado, no Governo passado, mais de R\$3.000.000,00 e que pagou apenas o prêmio de R\$190.000,00, o Governador Itamar Franco mandou para a Assembléia um projeto de lei criando a tempo essa indenização, para que não tivéssemos que dar essa sobre-remuneração à seguradora. Aliás, esse é um bom tema a ser investigado. Quem eram os corretores desse seguro? A quem pertencia a corretora? Quais os laços de relação e parentesco com pessoas ligadas ao Governo passado e ao PSDB?

Também não é verdade que, neste Governo, apenas se jogue para a platéia e se exonere. Aqui se exonera também, mas o Líder do Governo colhe assinaturas para fazer CPI. Os episódios mencionados pelo Deputado João Leite foram objeto de CPI nesta Assembléia. Se não se apurou nada, talvez o Deputado João Leite esteja acusando de incompetente esta Casa ou o Ministério Público, a quem foram remetidas as conclusões e as provas levantadas.

Em Minas Gerais, a grande diferenciação deve-se ao fato de não admitirmos que o Poder Executivo compactue para se colocar uma pedra sobre os escândalos. Aqui não temos SIVAM, que não se pode investigar; nem o episódio de compra de votos do Deputado Onaireves, contra o qual o Presidente não deixa que se instale uma investigação; nem a mobilização da base do Governo, que pega Deputados a laço a fim de impedi-los de assinarem uma CPI que apure a corrupção; nem o episódio Eduardo Jorge, nem pasta rosa nem CPI das Empreiteiras abortada. Aqui se investiga! Se não chegamos às conclusões que toda a sociedade gostaria de ver, inclusive com a punição dos responsáveis, se necessário com a prisão, isso não pode ser imputado ao Governo, pois a diferenciação do comportamento ético de apuração e do compromisso com a verdade e a transparência do Governo de Minas é marcante, flagrante e nítida. O posicionamento do Governo de Minas é eticamente superior ao que se faz, para desespero da população brasileira, no plano federal.

E não vemos aqui a bancada, uma vez que um partido se sustenta através das Casas de representação e o jogo político não se dá apenas em níveis fragmentados - em nível federal, apenas no Congresso; em Minas Gerais, apenas na Assembléia. A representação política é um corpo que tem ramificações. Inegavelmente, o Deputado João Leite e a Bancada do PSDB nesta Casa têm sido base de sustentação do desgoverno do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que tem deslustrado a administração pública, apequenado a função de administrador e de Presidente da República e conduzido o Governo com um projeto desnacionalizante, antipopular e que muito mal tem feito à população brasileira. Não é por outra razão que tem amargado os mais altos índices de rejeição popular da história da República brasileira, que tem alcançado picos de impopularidade superiores aos de Fernando Collor, às vésperas do "impeachment", ou mesmo aos de Jânio Quadros e outros, nos episódios críticos da história republicana brasileira. O povo brasileiro entende, porque tem sofrido muito com esse projeto, que não privilegia o interesse social e o do povo brasileiro.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, gostaria de lembrar que o orador que me antecedeu, por duas vezes, omitiu que o que leu foi retirado de uma lei delegada, que esta Assembléia Legislativa deu. Entretanto, não autorizou o Governador Itamar Franco a fazer o seguro ou garantia de vida desses militares. Além de tratar seres humanos de maneira diferente - Soldado vale menos que Sargento, que vale menos que Tenente, que vale menos que Major, que vale menos que Coronel, etc. -, o Governador fez algo ilegal, pois não tinha autorização para fazer aquilo. A lei delegada foi apenas para o reajuste salarial. Não lhe deu autonomia e autorização para fazer demagogia. Teria sido fácil aprová-la. A lei do Deputado João Leite seria muito melhor para ele. Lá, as pessoas não fariam diferença.

Em segundo lugar, puxando a memória do Deputado Sávio Souza Cruz, a SUDAM e a SUDENE remontam à época do então Presidente Itamar Franco. Naquela época, já havia corrupção na SUDAM, na SUDENE e em todos esses lugares. Nada foi feito contra isso. Ouvi muito esta frase: "Aqui, tomamos providências". E o caso da ADEMG? O recurso público foi ressarcido? Os recursos da FHEMIG e do FUNDEF foram ressarcidos? Vai-se trocando as peças até descobrir se a pessoa é honesta. Descobrirá isso lá na frente. Temos de trazer essa questão a público.

A segunda questão, a sociedade já não agüenta mais. Trata-se dos desmandos da lei e do desrespeito ao Poder Legislativo. A sociedade já não agüenta mais perguntar o que fará e quando começará a governar Minas Gerais. Talvez os Deputados da base de apoio ao Governo possam nos responder quando o Governador começará a governar, quando parará de apenas ficar jogando para a torcida e quando se debruçará sobre os reais problemas do Estado: sobre o déficit público e sobre o investimento nas áreas da saúde, da educação e do saneamento básico. Todos querem saber quando começará a governar, quando os recursos públicos começarão a chegar e quando as obras se iniciarão.

Assistimos a dois casos, um, equivocado e outro, verdadeiro. Os Deputados da Assembléia Legislativa tiveram de ir a Brasília para reivindicar em favor do Jequitinhonha. O nosso governante deveria ter feito isso, mas não está preocupado. As pessoas sentem-se abandonadas pelo Governo. Os estudantes da UEMG foram ao Palácio para tentar conversar, mas não foram recebidos, porque ele não recebe ninguém. Mandou o assessor dizer que manterá o veto e citou os motivos. O que estamos esperando? Nós, mineiros, esperamos que pare com os seus discursos e que comece a trabalhar e a governar Minas Gerais. Estamos interessados em trabalhar e em votar, mas não sabemos onde está a base deste Governo. O Governo pode ter utilizado a estratégia de tirar os Deputados do Plenário para não sofrer uma derrota na votação da UEMG.

A Deputada Elbe Brandão\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estudantes, futuro deste País, acredito nisso e espero que vocês acreditem em vocês mesmos. Discutindo o veto ao Projeto nº 4.655, gostaria de conceder aparte ao nobre colega Deputado João Leite.

O Deputado João Leite (em aparte)\* - Nobre Deputada Elbe Brandão, agradeço o aparte. Gostaria de fazer alguns comentários sobre esse projeto, de minha autoria. Quando Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, tivemos a oportunidade de nos deslocar até São Gonçalo do Pará, onde nos deparamos com uma situação da maior gravidade: resíduos tóxicos trazidos de São Paulo e colocados numa siderúrgica desativada dessa localidade. Algumas pessoas já estavam contaminadas por aquele lixo. Tivemos um óbito por leucemia e outras pessoas comprometidas por causa daquele depósito de São Gonçalo do Pará. E com mais uma agravante: o lixo depositado em terreno próximo a um córrego afluente do rio Pará, um dos afluentes da margem direita do rio São Francisco, veio a contaminar as águas daquele córrego, trazendo também, claro, contaminação para o rio Pará.

Ficamos preocupados com a situação que vimos em São Gonçalo do Pará. Reunimo-nos com várias entidades ligadas ao meio ambiente, com a própria Secretaria de Meio Ambiente do Estado e a Secretaria da Saúde e fizemos uma grande discussão. Desse debate nasceu esse projeto. Tivemos inclusive oportunidade de trazer a CNEN, que trata da energia nuclear e tem toda uma legislação no País. Mas havia um vazio de legislação sobre essa matéria em Minas Gerais.

Propusemos esse dispositivo juntamente com as diversas entidades que trabalharam na sua elaboração. Lamentavelmente, agora vemos o Governador - parece que por preciosismo - vetar uma parte desse texto. Na justificativa de seu veto, diz que essa matéria já é tratada em nível federal.

É claro que a multa para as empresas que trazem de São Paulo e de outros Estados o lixo tóxico, transportando-o pelas nossas estradas e depositando-o em Minas Gerais, é da maior gravidade. É claro que as multas previstas nessa legislação são maiores do que as multas federais. Vimos a dificuldade que foi para as companhias - e não vou citar os nomes - que tiveram a irresponsabilidade de vender esse lixo para ser incinerado em Minas Gerais. No entanto, não havia incinerador que pudesse efetivamente ser utilizado no Estado.

O que vimos foram várias vidas comprometidas. O que propúnhamos? Parte dessa legislação, o Governador está vetando. Propúnhamos uma multa diferenciada no Estado de Minas Gerais. Tivemos o concurso do Ministério Público Federal para que conseguíssemos a retirada desse lixo por parte das empresas. Quando esse lixo é depositado no chão, temos a contaminação da terra e o perigo de contaminar o lençol freático. Isso coloca em risco nossas vidas.

Queríamos uma legislação firme, que impusesse multas que fizessem com que as empresas fossem mais cuidadosas. Temos outros casos, além desse de São Gonçalo do Pará, no Sul de Minas e em outras regiões de Minas Gerais, onde são depositados esses lixos tóxicos.

Deputada Elbe Brandão, não vou usar o meu tempo para discutir, porque acho que todos precisamos fazer um esforço concentrado para liberar essa discussão. O Presidente Olinto Godinho já tentou recomposição do quórum, mas não sei se vai ser possível termos os 39 Deputados para votar as matérias que estão na pauta. Gostaríamos que houvesse número para a votação.

Mas quero lamentar o veto a essa lei, que, como disse, veio ocupar um vazio no Estado de Minas Gerais, que ainda não havia tratado especificamente dessa situação.

Gostaria que a Assembléia derrubasse esse veto do Governador, para termos uma legislação completa em relação à situação do transporte, do lixo tóxico e, também, do armazenamento desse lixo em diversos regiões do nosso Estado. Queremos a proibição e, é claro, uma multa para aqueles que transportarem e armazenarem esse resíduo em nosso Estado. Obrigado pelo aparte.

A Deputada Elbe Brandão\* - Quero dizer ao colega João Leite que, muito mais que falar do Governador Itamar Franco, é preciso chamar à responsabilidade os nossos colegas desta Casa, para que lutem pelo que é direito e correto para a sociedade mineira. Conclamamos todos os partidos que estão junto com V. Exa. nessa luta.

Gostaria de iniciar também, Sr. Presidente, uma discussão para a derrubada do veto ao Fundo Estadual de Segurança Pública. Hoje estivemos no fórum permanente de direitos humanos. Vemos a política de direitos humanos sendo mal tratada em alguns pontos, como no do sistema carcerário. Estive na Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes. São 40 pessoas em 26m<sup>2</sup> fazendo turnos para dormir, fazendo cocô em "marmitex", xixi em garrafinha de plástico, convivendo com aidéticos e tuberculosos. Isso é desumano, e não podemos permitir. Queremos a derrubada desse veto, para que haja recursos destinados à Secretaria da Justiça e ao Conselho Estadual de Direitos Humanos, para isso não mais acontecer.

Deputado João Leite, V. Exa. e os Deputados que fizeram parte da CPI Carcerária têm um valor profundo nesse processo. Fizemos um pequeno levantamento, desde que a taxa de segurança pública foi criada. Os recursos somariam quase R\$400.000.000,00. Com esse dinheiro, dava para resolver o problema carcerário, para termos um novo patamar e uma nova dimensão.

Discutir o sistema carcerário e a reintegração dessas pessoas que cometem delito à sociedade é garantir a segurança, também, para toda a nossa sociedade. Discutir o adolescente infrator que querem deixar nas ruas - são meninos de 15 a 17 anos que estão matando - é garantir a nossa segurança. A responsabilidade da estrutura do sistema carcerário é do Estado de Minas Gerais. Isso precisa ser dito. Não quero criticar o Governador Itamar Franco, mas quero conclamar os meus colegas a derrubar esse veto. Se o derrubarmos, o Governo será obrigado a cumprir a partilha desses recursos, que solucionará muitos problemas.

Como parlamentar, membro e professora universitária da UNIMONTES, onde me formei - sou fruto do Norte de Minas -, sei bem a importância de uma universidade estadual para aqueles que querem o direito de ajudar a mudar este País, de forma consistente, solidária e coerente, por meio da educação. Sei que 93% das pessoas que se formam em minha região permanecem lá.

A minha região está mudando. A nossa universidade é gratuita para todos. Na nossa universidade, os professores são concursados. Estamos aguardando o nosso plano de carreira, que foi prometido há muitos anos.

Quero homenagear todos vocês. Pela UEMG, poucas pessoas lutaram tanto quanto o Reitor Aluísio Pimenta. Ele tem procurado todos os seus colegas de partido e lutado, incansavelmente, pela vida da UEMG. Ele não quer que ela simplesmente vegete, fique se arrastando e mendigando, como é a situação da política carcerária de Minas Gerais. É preciso que tenhamos força para não permitir esse projeto de permanência de lixo tóxico em nosso Estado. É preciso que tenhamos uma força para regulamentar tudo isso. O Prof. Aluísio tem procurado Deputados de outros partidos também.

Quero concluir a minha fala com uma frase do Prof. Aluísio Pimenta: "Somente através da educação faremos do Brasil um país fácil de se governar, difícil de se dominar e impossível de se escravizar". Que bom que vocês são livres. Permaneçam com essa liberdade.

\* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria Olívia - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, o tema turismo começa a refletir nesta Casa com a mesma força que tem se mostrado no Brasil e no mundo. Já não era sem tempo, visto que todas as vozes são uníssonas, proclamá-la como a maior indústria do nosso futuro próximo.

O reflexo desse interesse faz-se mostrar nos inúmeros requerimentos aprovados no âmbito da nossa Comissão, somente no último mês de abril, solicitando a realização de audiências públicas para discutir potencialidades turísticas em mais de dez cidades do interior de Minas, desde São Lourenço, no maravilhoso Circuito das Águas, até Montezuma, no "nortão" de Minas, terra de povo sofrido e lutador, que, apesar de todas as adversidades, acredita no turismo como uma saída para os problemas que afligem a todos nós.

Este é o nosso objetivo à frente da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio: fazer da Comissão a caixa de ressonância de todos esses anseios, buscando transformar a esperança de um futuro melhor em realidade.

Nessa busca, estaremos sempre alertas e fazendo o papel de intermediação entre o Legislativo e o Executivo no sentido de aproximar ainda mais o poder público da sociedade, sem distinções e privilégios, mas procurando apenas alcançar o bem comum, que é um dos objetivos desta Casa Legislativa.

Para isso, não mediremos esforços. Chegaremos aonde nos chamarem, seja para ouvir os clamores, seja para unirmos as vozes e forças nessa luta sem fim por um progresso ainda distante para muitos, mas possível de ser alcançado quando buscado com trabalho e perseverança.

Para que essa meta se concretize, espero continuar contando com o apoio incondicional da Mesa Diretora, para que os objetivos não se percam pelo meio do caminho, entre o "talvez" e o "depois", quando o que todos esperam deste Poder é o "sim" e o "agora".

A Comissão de Turismo, Indústria e Comércio promoveu, no dia 30 próximo passado, uma audiência pública na cidade de São Lourenço, à qual estiveram presentes o Deputado Pastor George, o Deputado Edson Rezende e esta Deputada, autora do requerimento que deu origem à audiência pública e Presidente da Comissão. A finalidade da reunião foi obter esclarecimentos da exploração desordenada das águas minerais do município, contando com a participação expressiva de moradores e representantes da sociedade civil organizada, que lotaram o Plenário da Câmara Municipal, onde o tema foi amplamente discutido com o Vice-Prefeito Municipal e os Vereadores presentes.

A razão principal da realização da audiência foi o temor de toda a população de que as fontes do Parque das Águas se esgotem, o que representaria um dano de proporções incalculáveis, tanto do ponto de vista econômico, em razão dos reflexos sobre o turismo, que é a principal fonte de renda do município, como do ponto de vista social e cultural, visto que toda a história da cidade e do povo de São Lourenço está ligada às suas águas minerais, mundialmente famosas.

É impossível admitir que tal fato possa ocorrer e, pior ainda, se ele se deve à exploração irresponsável feita por uma empresa estrangeira - a Perrier Vittel do Brasil, subsidiária do Grupo Nestlé, que atua com o nome Empresa de Águas São Lourenço, que é a que possui a concessão de exploração das águas minerais daquela cidade.

O relatório publicado em 1999 pelo DNPM Departamento Nacional de Pesquisa de Recursos Minerais - DNPM - alerta para a queda de vazão das fontes, o que provavelmente ocorre em consequência da superexploração, e não das variações climáticas sazonais.

O valor irrisório pago pela empresa à Prefeitura Municipal é de R\$220,00 por dia, pelos 576.000 litros de água retirados diariamente para serem engarrafados e vendidos.

Não há investimento por parte da empresa na área social, o que foi prometido e nunca cumprido.

As famosas fontes de água magnesiana e oriente, a primeira do município, não mais existem. Louvamos a iniciativa da Câmara Municipal de São Lourenço, legítima representante do povo da cidade, de formar a Comissão das Águas, juntamente com a ONG Viva São Lourenço Viva e o Movimento Cidadania pelas Águas, que se encontram à frente das discussões.

Vários requerimentos foram aprovados na última reunião da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio, que busca acompanhar e tomar as providências que a ela competem.

Queremos ouvir as Secretarias de Meio Ambiente, de Minas e Energia e a empresa Perrier Vittel do Brasil sobre os fatos alegados e discutidos na audiência pública do último dia 30.

Solicitamos ao DNPM-MG informações sobre o laudo técnico das fontes de água mineral de São Lourenço realizado em 1999, bem como cópia do contrato de renovação da concessão de exploração das águas minerais pela Nestlé. Solicitamos ao IEPHA a viabilidade do tombamento do Parque das Águas de São Lourenço, que constitui um patrimônio histórico de Minas Gerais, com vias a transformá-lo em área de proteção ambiental. Solicitamos à Secretaria de Meio Ambiente fiscalização e vistoria nas dependências do Parque de São Lourenço, para verificar a procedência das denúncias de exploração indevida.

Dando seguimento às discussões, foi realizada ontem em São Lourenço a primeira reunião com os Diretores da Empresa de Águas São Lourenço, para esclarecimentos sobre os assuntos abordados na audiência pública, à qual estiveram presente lideranças políticas, empresariais e representantes da comunidade local.

A Comissão de Turismo, Indústria e Comércio estará acompanhando de perto a situação não só de São Lourenço, mas de todas as cidades que têm como fonte de renda suas águas minerais.

Como Presidente da Comissão, assumi o compromisso de incentivar o mineiro a descobrir Minas Gerais. Solicitei desta tribuna, em meu primeiro pronunciamento, o apoio dos veículos de comunicação do nosso Estado. Nossos principais jornais já trazem semanalmente um caderno dedicado ao turismo. Gostaríamos de ressaltar o jornal "Estado de Minas", que traz diariamente, abaixo do nome do jornal, em sua primeira página, um espaço destinado a "Paisagens Mineiras". A foto colorida mostra, a cada dia, uma paisagem diferente das nossas Minas Gerais, levando o leitor a buscar no caderno "Giro por Minas" as referências sobre o assunto. Todos os dias os mineiros e os leitores do jornal "Estado de Minas" em outros Estados passam a conhecer as belezas e riquezas de nosso Estado."

Gostaria de mostrar o jornal, pois, às vezes, passa despercebido por muitos que, logo abaixo, na primeira página, há sempre a foto de uma paisagem mineira. Por coincidência, hoje o "Estado de Minas" traz a foto das Termas de Araxá, que é também uma cidade mantida pelas águas minerais.

Tive curiosidade de anotar o trabalho feito pelo jornal quando fala sobre Minas Gerais e o espaço dado a esse assunto. Hoje, ele se refere a 39 cidades mineiras, com todo tipo de informações, fazendo a divulgação das cidades. O "Estado de Minas" vem acompanhando o drama de São Lourenço e hoje traz o resultado da audiência pública, como trouxe semana passada matéria referente à audiência pública da Assembléia.

Gostaríamos de ressaltar esse grande trabalho do "Estado de Minas" nessa divulgação. Ele também traz todos os eventos do mês em curso, com toda a programação, principalmente com atrações turísticas.

Como Presidente da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio, gostaria de fazer um agradecimento especial, em nome do povo de Lagoa da Prata, minha terra natal, ao empresário Antônio Afonso de Oliveira, pelo lançamento da pedra fundamental, no dia 1º de maio, da fábrica Multifogos, com garantia de aproximadamente 70 empregos diretos até o próximo mês de fevereiro e uma média de 240 empregos diretos em dois a três anos. A empresa utiliza tecnologia chinesa, considerada hoje a mais avançada no ramo de fabricação de fogos

de artifício do mundo.

A instalação da indústria só foi possível mediante o apoio do atual Prefeito Municipal, Sr. Zezinho Ribeiro, do PT, a quem também estendo o meu agradecimento em nome do povo de Lagoa da Prata, cidade que já tem bastantes indústrias.

Temos a grande indústria dos produtos Embaré, mundialmente conhecida, a maior produtora de álcool-combustível do Estado, além de uma das maiores indústrias de açúcar e outras.

Então, deixamos aqui o agradecimento de Lagoa da Prata, por mais uma empresa que chega à nossa cidade.

Obrigada.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos que nos acompanham nesta Casa e pela TV Assembléia, a Comissão Especial de Multas encerrou o seu funcionamento na última quinta-feira, com um trabalho fantástico por parte de seus componentes - durante o discurso citarei o nome dos demais Deputados que a compuseram - e, principalmente, por parte do Deputado Sargento Rodrigues, relator dessa Comissão. Agora, temos nada mais nada menos que 75 assinaturas para criar a CPI dos Radares e do IPDM.

Pergunto-me, ao me deitar, que é a melhor hora para conversarmos com nós mesmos, como alguns funcionários do DNER defendem, com unhas e dentes, radares escondidos no meio do mato, atrás de barrancos, pintados de preto e ainda escondidos por uma capa preta. O que, na verdade, estão defendendo? Será que esses funcionários do DNER, que é uma bagunça generalizada, departamento que parece mais a "Casa da Mãe Joana", que já vai acabar tarde - tomara que não acabem apenas com a sua sigla, mas com muitos de seus funcionários, que não merecem o nosso mínimo respeito -, estão recebendo propina - palavra famosa no Brasil - para defenderem radares escondidos - o que não é educativo, apenas punitivo? Tomara que não. Mas não é possível defender algo errado: as pessoas fazem viagens e voltam sem carteira.

"O DNER assumiu a responsabilidade e mandou cancelar 131.000 multas." O DNER, uma ova! A Comissão desta Casa, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais fez com que o DNER tivesse vergonha na cara e cancelasse as multas indevidas aplicadas neste Estado. Aliás, o nosso Estado está servindo de cobaia. Aqui há 34 radares. O Estado que possui o maior número, depois de Minas, é Goiás, com nove radares. Portanto, Minas Gerais está sendo cobaia desse DNER, dessa bagunça generalizada.

Se não bastasse, ainda colocam em cima dos radares uma pedra - isso está filmado -, para que não caia a capa preta. O Sr. Diretor do DNER falou que é normal, que não deixa que o vento a faça voar.

Normal para o senhor, Diretor, normal para esses lambe-lambes que tem ao seu lado, que vivem defendendo esse departamento, que é uma vergonha nacional. Está sendo investigado pelo Ministério Público Federal por ter feito obras sem licitação, é um departamento que já enriqueceu muita gente. O que deveriam ver não vêem - as estradas esburacadas, sem acostamento, cheias de matagais. Isso é que deveriam ver. Ainda têm a cara-de-pau de pegar um funcionário do Consórcio Rodovia e colocar nele um colete do DNER. Isso é falsidade ideológica, está errado.

Se o senhor tivesse um pouquinho mais de vergonha na face - para não falar cara -, cancelaria todas as multas, porque não existe meia culpa, ou se é inocente, ou se é culpado, quando se cancelam 131 mil multas. Ainda faltam 52 mil para serem canceladas. Dizem os senhores que essas multas podem cair com recursos. Como podem? Colocam o radar a 110km e placas de 80km durante todo o trecho. Para quê? Porque, se você passar a 111km, sua multa vai valer a partir de 80km; não vai custar R\$102,00, mas R\$540,00, que vão ser colocados no bolso de muita gente que não tem vergonha, de larâpios.

Antes de passar a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, que fez parte dessa comissão como relator, realizando um trabalho brilhante, gostaria que ele clareasse minha mente, porque estou meio desorientado ao ver tanta bagunça. Gostaria que o nobre Deputado Sargento Rodrigues divulgasse o nome dos demais componentes da comissão.

Vou passar a palavra a V. Exa., mas, antes, quero dizer que a BHTrans, também, é outra bagunça. Está aqui a Lei nº 8.666. Ela faz contratação de empresas para colocar radares em Belo Horizonte e na região da Grande BH, sem licitação, com a justificativa de "caráter de urgência". Caráter de urgência é falta de fio cirúrgico. Isso, sim, é caráter de urgência. Caráter de urgência é a queda de uma ponte. Isso, sim, é caráter de urgência. Mas multa é caráter de urgência? Está aqui no art. 23.

Onde estão os Srs. Promotores? Onde está a Promotoria do Estado? Quando falam que, nesta Casa, CPI vira pizza, não é verdade. É lá, na Promotoria, que isso acontece. Os senhores têm de descurzar os braços e fazer o papel para o qual são pagos. Srs. Promotores, com todo o respeito que tenho por V. Exas., têm de ir em cima da BHTrans. Ou ela tem de lhes ditar que o art. 23 da Lei nº 8.666 está sendo descumprido?

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Nobre companheiro, gostaria de parabenizar V. Exa. por suas palavras e lhe dizer que tem completa razão. Na condição de parlamentar, graças a Deus, tivemos a oportunidade, junto com os Deputados Ambrósio Pinto e Mauro Lobo, de compor a Comissão das Multas. V. Exa. estava na condição de Presidente, e eu na condição de relator. O que mais me enalteceu foi que pudemos exercer o nosso papel de fiscais do Poder Executivo. Há pessoas pensando que a CPI terá um empenho, mas isso não será o objeto principal da investigação. Elas estão erradas, porque será o objeto principal da investigação. Ninguém pode nos proibir de estar aqui, investigando o Consórcio Rodovia. Ele não é uma autarquia federal, portanto compete-nos investigá-lo. Parabenizo V. Exa.

O Deputado Alberto Bejani - Não temos competência, ou a lei não nos permite averiguar o DNER, mas podemos, perfeitamente, pelas denúncias que chegaram, pedir a quebra de sigilo bancário da esposa de muitos funcionários que lá trabalham, dos pais, dos filhos, etc. Foi dessa maneira que chegamos a um cidadão, que era secretário, mas tinha quatro cheques de R\$10.000,00 na conta da esposa e dos filhos.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Deputado Alberto Bejani, essa informação fornecida por V. Exa. coincide com a que recebi há pouco, no gabinete. Já contamos com 72 assinaturas para a instalação dessa CPI. Temos certeza de que 77 Deputados irão assinar o requerimento.

A maior vergonha que tive como relator da Comissão Especial das Multas foi descobrir que o DNER, órgão que deveria, em nome do povo, fiscalizar o Consórcio Rodovia, estava conivente e omissivo, porque não fiscalizava a empresa, a situação das placas, não verificava se os radares haviam ou não sido aferidos, se estavam ou não escondidos atrás de obstáculos. Apesar disso, estamos exercendo a nossa função constitucional que é defender os interesses do povo. Graças a Deus, com a atuação da Comissão Especial, já foram derrubadas 131 mil multas. Temos certeza de que todas serão canceladas, porque esse procedimento é uma grande vergonha. Obrigado.

O Deputado Alberto Bejani - Obrigado, Deputado Sargento Rodrigues. A princípio, o trabalho da Comissão foi criticado. Alguns que não têm o que fazer diziam que somos a favor da alta velocidade. Não é isso. Somos a favor da obediência às leis. Não queremos que o cidadão seja punido somente em locais situados em retas. Não existem radares em curvas perigosas ou nas travessias de escolas, somente em retas e escondidos no meio do mato, caracterizando a determinação de punir, e nada mais.

Concedo aparte ao Deputado João Paulo, que foi um dos primeiros a levantar essa bandeira. Não participou da Comissão devido ao número de Deputados. Tenho certeza de que estará participando da CPI, que espero seja instalada.

O Deputado João Paulo (em aparte)\* - Deputado Alberto Bejani, solidarizo-me não só com o pronunciamento de V. Exa., mas também com a sua atuação na defesa dos interesses da população do nosso Estado, que tem funcionado como cobaia nessa trama dos radares de empresas privadas, cuja atuação questiono. Na CPI, por mim requerida, fiz uma indagação preliminar: até que ponto o poder de polícia pode ser privatizado, pode ser terceirizado? Essa missão era confiada à Polícia Rodoviária Federal, mas hoje existem civis operando radares à beira das estradas, sem nenhuma transparência, trabalhando com surpresas. O Estado não pode agir com o elemento surpresa. Esse procedimento não é ético. Isso não poderia estar ocorrendo. Estamos bradando contra isso há muito tempo.

Como V. Exa. disse, levantei essa questão assim que cheguei a esta Casa, porque já estava lutando contra isso há bastante tempo. O Código de Trânsito acabou construindo uma

indústria de multas, que foi colocada à disposição de cada Prefeitura. Apesar de não contarem com nenhum tipo de estrutura para fazer a fiscalização de trânsito, muitas Prefeituras aplicam multas, jogando o dinheiro no caixa único, contrariando as disposições do Código de Trânsito, a fim de resolver seus problemas financeiros. Os cidadãos já estão cansados de tanto tributo, e, agora, ainda existem essas multas, que, como sabemos, não estão voltadas para a proteção da vida, como deveria ser, mas para encher os cofres públicos, resolver problemas de caixa.

Faço este questionamento, nobre Deputado Alberto Bejani, e faço um outro que quero levar às últimas conseqüências: até que ponto o cidadão acusado de ter infringido a lei de trânsito pode receber em casa uma boleta de condenação para fazer o pagamento? Enquanto vigir a Constituição Federal, terá de ser dada a ele a oportunidade de se defender, e não apenas de recorrer. Ele tem de ter direito de se defender antes que a boleta seja enviada.

Teria elementos para falar por mais de uma hora, mas não há tempo. Quero solidarizar-me com V. Exa. e vamos caminhar de mãos dadas nessa proposta. Esta Casa deve uma resposta ao cidadão mineiro e, certamente, dará. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Queria pedir a V. Exa. e a este Plenário que colaborassem na aprovação do meu projeto, que tramita há muito tempo nesta Casa e vai sinalizar esses radares. A partir de 200m, a cada 50m teremos uma placa avisando da existência do radar. Já que não é para punir, vamos educar, sinalizando.

Gostaria de agradecer a V. Exa. a oportunidade e também parabenizá-lo, lembrando que não são apenas os radares das estradas. Em Belo Horizonte existe um caça-níquel de multas, em que a BHTrans dá para o empresário 60% das multas e fica apenas com 40%. Empresários estão ficando ricos. E devem ser os mesmos envolvidos na trama do caça-níquel. Lembrem-se disso no dia de hoje, dia 8/5/2001. Quando dizia há algum tempo que estavam metendo a mão no dinheiro, perguntavam se eu estava sabendo demais. Quem sabe se o caça-níquel de um ano atrás não é o mesmo de hoje? O grupo pode ser o mesmo. Muito obrigado.

O Deputado Alberto Bejani - Para encerrar minhas palavras, gostaria de pedir ao Ministério Público que verifique a Lei nº 8.666. Acredito no Ministério Público e espero, amanhã, não dizer o contrário. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rêmolô Aloise\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste momento gostaria de anunciar a esta Casa o resultado da CPI do Fundo SOMMA. Aproximadamente há 60 dias, numa reunião do Colégio de Líderes, foi-nos dada a oportunidade de continuar nosso trabalho nessa CPI. Tínhamos um compromisso para encerrar os trabalhos, que já estavam prorrogados. Hoje venho a esta tribuna para dizer aos Deputados que tentaram mudar a diretriz dessa CPI que terão a oportunidade de fazer isso durante a votação do relatório. Quero lembrar, também, àqueles que acharam que lá seria o início de um grande "forno para assar pizza" que não houve nem o forno nem a pizza.

Terminamos os nossos trabalhos, que estão catalogados em mais de 150 laudas. Fica aqui a oportunidade para que todos os pares da Casa discutam o relatório final, que já se encontra à disposição dos Deputados, para que dele tenham conhecimento prévio, até que venha ao Plenário.

Sr. Presidente, outra questão que não pode continuar é a que se refere à Comissão de Fiscalização Financeira da Casa, quando um Deputado usa poder regimental de fazer requerimentos e, às vezes, tem dificuldade porque as respostas voltam à origem apenas depois de 60, 90 ou até 120 dias. Nós, membros dessa Comissão, solicitamos à Mesa da Assembléia que nos dê amparo regimental para que, quando um membro da referida Comissão, a convite, requeira documentos do convidado, que o faça da maneira regimental, dando-se ao Presidente da Comissão em apreço e aos demais Presidentes de comissões poderes para que possam fazer o convite. Não se intima ninguém; estamos convidando.

Esperamos que a Mesa da Casa entenda a nossa posição de membros de comissão, para que possamos agilizar os nossos trabalhos. Às vezes, os esclarecimentos das questões suscitadas caem no esquecimento, demoram para ser respondidas.

Gostaria ainda de levar ao conhecimento dos Deputados o assunto referente à Emenda nº 39, que determina algumas ordens em relação aos funcionários públicos contratados. Estou vendo em Plenário o Deputado Paulo Piau, Presidente da Comissão de Educação, e estamos propondo que essa Comissão abra algumas audiências públicas para que possamos discutir com os contratados do Sul, do Norte, do Triângulo e da Zona da Mata do Estado as questões inerentes a essa matéria. Deputados, imaginem uma funcionária pública na função de servente de escola há 20 anos que é obrigada a prestar um concurso. Entendemos que essa funcionária não terá a mesma condição de outras pessoas. A aptidão dessa pessoa em tal atividade está evidente em razão do período em que já se encontra na função.

Estamos formulando um pedido à Mesa para que a Comissão de Educação da Casa possa fazer essa discussão, em nível estadual, com os vários setores. Isso é fundamental para que possamos adequar essa situação às questões que temos de regulamentar através desta Casa no edital que a Secretaria da Educação e as demais farão para regulamentar a Emenda nº 39.

Outra questão fundamental que quero tratar diz respeito ao IPSEMG. Tenho recebido algumas correspondências no meu gabinete que retratam a preocupação dos agentes regionais do interior com a CPI do IPSEMG. Acho que se trata de uma dúvida, porque ninguém está querendo fazer uma CPI para tratar do atual Presidente do IPSEMG, Dr. João Diniz Júnior. A CPI não visa a sua pessoa, e ninguém questiona que não tenha cometido alguma irregularidade. O que se pede é a criação de uma CPI para investigar o todo do Instituto. Deputado Kemil Kumaira, daqui a pouco concederei aparte a V. Exa.

Se aquele Instituto chegou ao ponto em que está hoje, não se pode esquecer que foi esta Casa que, nos últimos três anos, deu a ele condição de autonomia total em várias posições. Dois projetos de lei e um decreto também aqui votados e aprovados levaram o Instituto à sua atual situação.

Não queremos jogar pedras em ninguém. Pelo contrário, queremos esclarecer algumas denúncias. O momento atual pede a esta Casa que assim aja. Não vai aqui acusação alguma ao Presidente, ao Diretor Financeiro, ao Diretor de Interiorização. Fiquem tranquilos aqueles que estão preocupados com a direção do IPSEMG. Esta Casa nada mais quer que esclarecer o que foi denunciado sobre superfaturamento em alguns hospitais. É lógico. Vamos dar oportunidade também para que o contraditório seja discutido. Vejo dessa maneira.

O Deputado João Paulo (em aparte)\* - Deputado Rêmolô Aloise, meu aparte se refere à primeira parte da fala de V. Exa., que diz respeito ao trabalho da CPI, brilhantemente presidida por V. Exa. com a competência que lhe é peculiar. Aquela CPI não terminou em "pizza", terminou em sanduíche. Disse isso várias vezes aqui. Diziam que a CPI terminaria em "pizza" porque não viam empenho e disposição de a Comissão fazer verificação mais detalhada. Quem pensou assim pensou erradamente. Desenvolvemos um trabalho hercúleo. Disse que a CPI terminou em sanduíche porque comemos apenas sanduíches na última semana, inclusive em todo o sábado e domingo, no prédio anexo à Assembléia Legislativa, para darmos conta do trabalho a tempo e a hora. Sobre os meus ombros pesaram os encargos da relatoria. Penso que consegui a contento responder com aquilo que se esperava.

De dez municípios fiscalizados, levantamos irregularidades em sete. Detalhamos, apontamos e demonstramos por que as operações foram irregulares. Essa CPI surpreendeu muitos Prefeitos, muitas Prefeituras, Câmaras Municipais, empresas contratadas e o próprio BDMG, porque algumas pessoas eram afeitas à prática de não dar muita importância aos requerimentos de CPs das Câmaras Municipais. Mas não contavam com a atuação rigorosa da Assembléia Legislativa, que, investigando a aplicação de R\$328.000.000,00, pôde apontar grandes irregularidades em sete municípios, recomendando ao Ministério Público, ao BDMG, ao Tribunal de Contas e até à Justiça Eleitoral que fizessem uma atuação firme, no sentido de chamar à responsabilidade as pessoas que se envolveram naquelas irregularidades.

Cumprimento V. Exa. Registro, mais uma vez, que os trabalhos foram encerrados com chave de ouro. Depois da CPI, certamente os municípios que absorverem recursos do BDMG ou de outros quadrantes da administração estadual empregarão essas verbas com mais reverência, respeito, levando em conta o elevado interesse público da região. Obrigado.

O Deputado Kemil Kumaira (em aparte)\* - Ilustre Deputado Rêmolô Aloise, não é surpresa para mim a presença de V. Exa. na tribuna nesta tarde, o que representa, como sempre, o brilhantismo com que V. Exa. aborda os assuntos importantes do nosso Estado. Parabenizo-o por isso e por sua trajetória política nesses anos, na Casa do povo.

No entanto, Deputado Rêmolô Aloise, não posso concordar com V. Exa. nem com o Deputado João Paulo, relator da CPI do Fundo SOMMA, quando entendem que não houve

"pizza" nesta CPI, pois continuam impunes os culpados por inúmeras irregularidades constatadas. A CPI cumpriu seu dever, mas não temos conhecimento de nenhum tipo de punição para os que se locupletaram com o dinheiro público.

Evidentemente, minha crítica não se refere ao trabalho de V. Exa. nem ao do Deputado João Paulo, mas à deficiência dos órgãos responsáveis pela punição dos irresponsáveis do mundo político. Cada vez mais temos constatado que a impunidade prevalece, sendo mais forte que o trabalho honesto de quem quer que seja.

Hoje vi, na imprensa, nosso Governador Itamar Franco criticando o Presidente da República pelos acontecimentos no Senado e nas autarquias, como a SUDAM e a SUDENE, que estão sendo fiscalizadas e, até mesmo, extintas, como a queima de um arquivo. Entretanto, em Minas Gerais não é diferente. O Governador está sentando no rabo para falar do que está acontecendo em nível federal, pois, todos os dias, temos conhecimento de um escândalo no Estado, de falcruas nos órgãos públicos. Agora, corre na Casa um documento - que assinei - para que se instale a CPI do IPSEMG, e já existe também a CPI da Saúde - para instalação da qual também assinei requerimento -, ou seja, o nosso Estado nada mais é que uma miniatura do Governo Federal e do País em que vivemos.

A impunidade é o que há de mais irritante, porque é a mãe de todos os crimes do País. Aqueles que não são punidos servem de estímulo e escola para que outros cometam livremente seus crimes.

Deputado Rêmoló Aloise, gostaria que, ao final desse brilhante discurso, V. Exa. apontasse para nós, da Oposição, qual a sua expectativa com relação aos que cometeram o desvio de verbas do Fundo SOMMA. Muito obrigado.

O Deputado Rêmoló Aloise\* - O nobre Deputado Kemil Kumaira, em 1990, ocasião em que chegava a esta Casa, era Presidente antes da minha diplomação. Agradeço profundamente os elogios à minha pessoa e os faço da mesma maneira a V. Exa., pelo seu currículo parlamentar e pela maneira com que vem representando todo o nosso Estado há vários anos. Tenho certeza absoluta de que fizemos a nossa parte. Quando o relator disse que comeu sanduíche, é porque ficou trabalhando na sexta-feira, no sábado, no domingo e na segunda-feira de manhã, quando houve a reunião extraordinária, para darmos o nosso parecer final. Tenho a certeza absoluta de que, de acordo com o seu ponto de vista, cabem àqueles que receberão o relatório feito por esta Casa decidir, condenando ou absolvendo os culpados. Agradeço ao Presidente e aos colegas, porque cumprimos com a nossa obrigação e demos a esta Casa o que pediu na ocasião em que o Colégio de Líderes solicitou que encerrássemos a nossa CPI, ou seja, no dia 23.

O Deputado João Paulo (em aparte)\* - Se V. Exa. me permite, digo que prender ou resgatar os recursos que se supõe tenham sido desviados não cabe à CPI, mas ao Judiciário. A CPI poderia tomar uma atitude extrema de determinar a prisão de algum elemento, e V. Exa. teria autoridade para fazer isso, se os trabalhos tivessem sido dificultados e torpedeados, o que não aconteceu. A CPI cumpriu, em sua plenitude, a sua obrigação.

O Deputado Rêmoló Aloise\* - Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Elaine Matozinhos, público presente e telespectadores da TV Assembléia, trago um assunto para que toda a sociedade de Minas Gerais tome conhecimento. Antes, farei um comentário sobre o que foi divulgado pela imprensa hoje. Eu, o Deputado Miguel Martini, Líder da Bancada do PSDB, e os outros Líderes sentimo-nos com uma força que penso que não tenho em meu trabalho parlamentar. A imprensa informou que eu e o Deputado Miguel Martini estamos inviabilizando a votação na Assembléia Legislativa. Seria reconhecer muita força em dois parlamentares de uma Assembléia Legislativa com 77 Deputados, afirmar que estamos fazendo que esta Casa não vote nenhum projeto. A população de Minas Gerais não acreditará nisso.

Foi publicado também que teríamos inviabilizado a reunião do Colégio de Líderes, para a qual esperávamos que fosse feita hoje a convocação não apenas para discutir a pauta da Assembléia Legislativa, como também para discutir os vários pedidos de CPI que estão se acumulando. O Deputado Edson Rezende tem um pedido para a instalação da CPI do IPSEMG. O Deputado Alberto Bejani solicita a CPI das Multas. O Deputado Miguel Martini acompanha a CPI dos Cartórios e a CPI das Taxas. Não sou eu, o Deputado Miguel Martini nem os Líderes das Bancadas da Oposição, do PFL e do PT que convocamos o Colégio de Líderes. O Presidente da Assembléia Legislativa é quem faz essa convocação. Não fomos convocados. Portanto, não deve ser imputado aos Líderes da Oposição o fato de não haver a reunião do Colégio de Líderes. Essa acusação de que inviabilizamos a votação não é verdadeira.

Temos toda a reunião da tarde, quando estaremos aguardando a presença dos Deputados para a votação. Não aceitamos a acusação de que somos vítimas. Temos na pauta vetos importantes, tais como o que cria o Fundo de Segurança Pública. Será mantido o veto do Governador? Ficar a população mineira à mercê da criminalidade e da violência? Votaremos a toque de caixa apenas porque alguém, através da imprensa, tenta mostrar-nos que estamos inviabilizando a votação? Não aceitamos votar de qualquer maneira projetos e vetos importantes, como esse, ligado à segurança pública. Estaremos lutando no Plenário, com toda a força, para derrubar esse veto.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - V. Exa. foi muito feliz em suas palavras. Parece-nos que tentam criar uma cortina de fumaça. O Governo não sabe lidar, politicamente, com sua base de apoio, que não comparece ao Plenário. E, para não dizer que há falta de bom relacionamento entre o Governo e a base, pois ele não recebe Deputado, Prefeito, aliás, não recebe nenhum mineiro, pois está mais preocupado em fazer campanha em outros Estados...

O Deputado João Leite - Aproveitando essas palavras do Deputado, lembro-me de que, no Governo passado, em algum momento, tínhamos cinco Deputados Estaduais que eram Secretários de Governo. Saberia dizer quantos temos hoje?

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Não sei dizer nem o nome dos Secretários atuais, tantas vezes foram trocados. Na Secretaria de Agricultura, quem tudo resolve é o Chefe de Gabinete, que, aliás, é quem representa o Governo. O Governador se sente muito bem representado por um Chefe de Gabinete de um Secretário de Agricultura. Vejam a que nível chegamos.

A Oposição, na quinta-feira passada, antes do término da reunião, e falo como Líder do PSDB, tinha 26 Deputados em Plenário, sendo 10 do PSDB. O Deputado Amílcar Martins tinha ido, com o ex-Governador, receber o Presidente da República; o Deputado Mauri Torres não se encontrava presente, e tínhamos apenas dois Deputados para votar vetos. Se o Governo não é capaz de movimentar sua base para votar, o problema é dele, e não nosso. Não vamos aceitar esse tipo de pressão pela imprensa. Vamos votar com o mínimo de 55 Deputados em Plenário.

Aproveito o ensejo para deixar registrado o fato de que o Cardeal D. Serafim Fernandes de Araújo completou, ontem, 42 anos de episcopado. A ele, nossas congratulações.

O Deputado João Leite - Ontem, perguntavam-me se não tinha medo de que tudo pudesse vir contra mim, porque estava inviabilizando as votações.

Será que um ou dois Deputados conseguem parar a Assembléia Legislativa? Sobre essas coisas dirigidas, a população de Minas Gerais, a imprensa, enfim, todos que acompanham a vida do País e do Estado, não serão enganados por algo assim. Estaremos aqui, a todo o momento, sem nos calar, mostrando a verdade, o que realmente está acontecendo.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte)\* - Concordo com V. Exa. sobre a tentativa de manipulação da opinião pública, mas o povo não é bobo, sabe com clareza o comportamento e a condução de seus Deputados.

Existe uma parcela de verdade quando se diz que nós, da Oposição, sob o comando de V. Exa., do Deputado Miguel Martini, dos Deputados do PFL, Sebastião Costa e Paulo Piau; de alguns Deputados do PT e do Deputado Kemil Kumaira, temos conseguido muita coisa nesta Casa. Por exemplo, por iniciativa de V. Exa., conseguimos estancar o roubo do dinheiro público na ADEMG, denunciar as falcruas desse Governo, que detém o recorde de denúncias de corrupção, mais do que o Governo Newton Cardoso, e ainda estamos no meio do Governo. V. Exa. imagina o que vem por aí. Quanto ao caso do IPSEMG, estamos apenas na ponta do "iceberg". Todos sabemos disso e, felizmente, temos conseguido muita coisa, porque somos vigilantes, não temos medo e temos tido coragem de denunciar isso à opinião pública.

Sob o comando de V. Exa., do Deputado Miguel Martini e de outros Deputados da Oposição, conseguimos melhorar - e muito - o projeto sobre o destino dos recursos do SOMMA, exatamente porque não aceitamos que o enfiassem "goela abaixo" desta Casa, que tem autonomia, soberania, e os Deputados têm dignidade. Não aceitamos votar aquele projeto no afogadilho. Por obstrução, conseguimos negociar um projeto que favorecesse o povo de Minas. Vamos continuar assim, e o povo saberá fazer justiça.

Um Deputado da base governista foi marcar audiência com um dos Secretários, e este lhe disse que, por ordem do Governador Itamar Franco, eles estão proibidos de receber Deputados de terça a quinta-feira, só podem recebê-los ou na segunda ou na sexta-feira, para que os Deputados votem os projetos.

Fazendo isso, em primeiro lugar, "assenta no próprio rabo", porque ele mesmo não está aqui, em nenhum dia da semana. Está desrespeitando os Deputados que têm base no interior e são obrigados a viajar na sexta-feira, para visitar suas bases, seus municípios.

O Deputado Miguel Martini (em aparte)\* - Deputado Amílcar Martins, agora existe uma classificação: verde, amarelo e vermelho.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte)\* - Graças a Deus, somos o mais vermelho possível. Gostaria de cumprimentar V. Exa. Sob sua liderança, estaremos seguindo a orientação de fiscalizar o Poder Executivo, impedindo que se cometa, em nome de uma suposta democracia, crimes contra os interesses do povo de Minas Gerais.

O Deputado Kemil Kumaira (em aparte)\* - V. Exa. tem primado pela excelência de seus pronunciamentos nesta Casa. Mais que isso, V. Exa. está abordando, geralmente, o que a nossa população mais indaga a respeito do trabalho na Assembléia Legislativa do Estado. Não é à toa que V. Exa., praticamente sozinho, quase venceu as eleições municipais em Belo Horizonte, mesmo enfrentando coligações poderosíssimas, numa demonstração de que o seu trabalho é reconhecido pelo povo de Belo Horizonte e pelo povo mineiro, como um todo.

Hoje, estou acompanhando a fala do meu ilustre Líder, Líder da Minoria, cargo que V. Exa. ocupa com tanta galhardia no parlamento mineiro. Veja como as coisas ocorrem no instante em que temos um Governador frágil, que é, pelo resto do País, motivo de chacota.

Estive recentemente no Rio de Janeiro, andei de táxi e ouvi de quase todos piadas com relação ao Governador que temos, hoje, no Palácio da Liberdade. E, mesmo assim, ainda consegue que uma parcela da imprensa mineira - não sei a qual título e por qual interesse - o defenda como um pretense candidato à Presidência da República, depois de ter sido Vice-Presidente de Collor de Mello e ter, como Vice-Governador, o Sr. Newton Cardoso, no momento em que o Brasil precisa de pessoas idôneas.

Não se pode, de forma alguma, aceitar um Governador tão comprometido com a corrupção. Embora não tenha colocado a mão naquilo que é do povo, de uma forma ou de outra, é omissos com relação à corrupção. No Estado, ninguém foi punido, até hoje, pelas diversas denúncias e apurações de crimes contra o patrimônio público. Isso prova que a impunidade faz parte do perfil do Governador Itamar Franco, que apenas demite os seus Secretários, o que mais parece uma queima de arquivo do que uma forma de querer apurar verdadeiramente os fatos.

Quero aproveitar o ensejo para concluir com o seguinte: a opinião pública precisa tomar conhecimento do que realmente ocorre aqui, na Casa do povo. Nós, da Oposição, estamos batalhando para votar os projetos que interessam ao povo mineiro, diferentemente dos Deputados da base do Governo, provavelmente orientados pelo Secretário Hargreaves, que já declarou à imprensa que aqui se vota o que o Governo quer no dia em que quer. Se não estamos votando, é porque ele está impedindo, através de seu poder, que os Deputados de Governo permaneçam no Plenário.

Quero tocar nesse assunto, concluindo as minhas palavras e dizendo o seguinte: este é o único lugar em que a matemática é diferente, embora seja uma ciência exata, pois 22 ou 23 Deputados derrotam 55 ou 58 Deputados do Governo. Como se pode imputar à Oposição, que não tem 25 Deputados, o fato de não votarmos as matérias em pauta? Na realidade, a imprensa deveria dizer exatamente o contrário: não se está votando por culpa da base do Governo, sob a orientação do Secretário Hargreaves. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Agradeço ao Deputado Kemil Kumaira e gostaria de informar a todos que estará, na Comissão de Direitos Humanos, amanhã, o representante da Animação Pastoral e Social do Meio Rural, o Frei Rodrigo de Castro, que irá fazer uma denúncia contra a presença do Governador Itamar Franco em Uberlândia, na inauguração da unidade da Monsanto, empresa já conhecida.

Estamos solicitando, por meio de requerimento, estudo de impacto ambiental para instalação dessa empresa. Solicitamos também que a Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa tome conhecimento dessa situação. Mas o Governador continua distante do seu discurso. A prática é outra. Fala tanto em nacionalismo, mas foi lá para a inauguração de empresa voltada exclusivamente para a questão dos herbicidas, dos esfoliantes químicos. Está totalmente distante do discurso que constantemente vem fazendo.

Amanhã estaremos acompanhando na Comissão de Direitos Humanos a denúncia da Pastoral Social do Meio Rural, pois todas essas denúncias serão trazidas à Assembléia Legislativa. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elaine Matozinhos - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos vê, nosso País vive, nesses dias, a expectativa de dar mais um passo em defesa da ética na política e da moralidade no trato da coisa pública por meio da efetividade dos meios de fiscalização, controle e sanção, postos à disposição da sociedade e das instituições por nossa Constituição.

O Senado Federal, na próxima segunda-feira, receberá o parecer do relator, Senador Saturnino Braga, companheiro do PSB, acerca do episódio da violação do painel eletrônico do Senado quando da cassação do Senador Luís Estêvão. No Congresso Nacional deverá ser protocolado o requerimento pela instauração da CPI da Corrupção, mediante a qual deverão ser investigados casos gravíssimos de corrupção com ligação direta ou indireta com algumas das mais importantes figuras da República. Chamamos isso de passar o Brasil a limpo.

Espanta-nos a orgia praticada com bens públicos por autoridades do nosso País. E vêm-nos a certeza de que é chegado o momento da mudança, de darmos um salto de qualidade no que tange à administração dos negócios do Estado. Notem que não estamos no campo ideológico, mas antes, na esfera ética, que precede as demais. Esse componente ético deve ser cultivado e preservado em todos os momentos. Primeiro, o respeito à ética, para, em seguida, produzirmos a ação política.

Notamos, contudo, que as atitudes vistas do Senado e sentidas pelas diversas instâncias do Estado brasileiro não acontecem por acaso. São filhas de uma produção histórico-cultural, em que a ética ou a ausência dela permite a quem está no poder se comportar como se em seus domínios estivesse. Essa ética bastarda permite o uso abusivo do espaço público por interesses privados, pela sobreposição do particular sobre o público, pela primazia da vontade de determinado político sobre a regra fixada na Constituição e nas leis. Essa atitude é, portanto, ainda mais maléfica, porque é respaldada por nossa pior tradição: a que produz agentes públicos que tratam o poder público como extensão de sua casa e os negócios de Estado como se particulares fossem.

Observamos a postura do Senador Antônio Carlos Magalhães e percebemos nela os traços que identificam toda uma estirpe de políticos marcados pelo patrimonialismo, clientelismo e patriarcalismo, que, conforme, Caio Prado, "reúne o conjunto de indivíduos que participam das atividades dele ou se lhe agregam; desde o proprietário, que, do alto domina e dirige soberanamente essa pequena parcela da humanidade, até o último escravo e agregado que entra para sua clientela". ACM, seja bom ou mau, jamais se comporta como representante do povo, mas sempre como dono do poder, condômino do Estado brasileiro, podendo tudo e a ninguém devendo responsabilidades. Aliás, nessa visão de Estado não existe o direito, mas o favor, e quando um Senador se arroga um poder acima dos demais é no intuito de provar que não apenas exerce o poder, mas o detém em suas mãos. É claro que isso é incompatível com o estado democrático de direito. E é contra esse poder "soberano" auto-atribuído a certos políticos, com a concordância de significativa parcela de nossas elites, que tem dado as bases da organização de nossa administração pública, que agora nos insurgimos.

Entendemos que corrupção, fraude e outros crimes devem receber a mão severa da justiça, mormente quando praticados por aqueles que deveriam ser os primeiros a zelar por tais valores.



O Governo FHC, contra todos os indícios e prova de corrupção e advocacia dos interesses privados no seio do Governo, vem desenvolvendo uma escalada de ações repressivas e de propaganda sistemática, procurando desqualificar e deslegitimar a ação da Oposição. Ocorre que agora não dá mais para tampar o sol com a peneira.

O escândalo do Senado e os casos enumerados na CPI da corrupção, além de outros escândalos ocorridos na era FHC, são frutos do mesmo problema enraizado no processo de formação de nossa nacionalidade, viciado e marcado pela presença de uma elite insensível, de visão patrimonialista, que não consegue estabelecer senão relações verticais com seus clientes.

Cumprir-nos, neste momento, mudar esse quadro a partir do primado da ética, da efetividade de nossa Constituição e do respeito às instituições democráticas e à cidadania. Dizem os Senadores Arrudas e Antônio Carlos que não devem receber punição severa porque não roubaram ou se corromperam. Mas dizemos nós que se roubo furto ou corrupção fossem mensuráveis materialmente, teríamos como restituir o bem público lesado. O mal praticado por esses Senadores foi muito pior. Foi de ordem moral, de impossível reparação. A chaga deixada pela burla ao sigilo da votação se perpetuará no tempo, e só podemos esperar que a ação do Senado seja suficientemente eficaz no julgamento para que a pedagogia do rigor restaure parcela da honra nacional maculada e iniba futuros crimes como esse.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte)\* - Ilustre Deputada Elaine Matozinhos, gostaria de, em meu nome e em nome da Bancada do PMDB nesta Casa, cumprimentar V. Exa. pelo seu pronunciamento. Faria minhas as palavras de V. Exa. até o presente momento. A indignação, a perplexidade que toma conta hoje de todos nós é, sem dúvida alguma, uma razão maior para insistirmos e para até mesmo exigirmos do Senado uma punição exemplar. Tive oportunidade, da tribuna desta Casa, de lembrar o que aconteceu com Al Capone na década de 30, que foi pego pelo Imposto de Renda, e não pelos males maiores que praticou, que eram venda de bebida alcoólica - isso na época era proibido -, tráfico de drogas, etc. Ele não foi pego em flagrante, mas sim pelo Imposto de Renda. Então, não importa, como declara o próprio Senador Arruda, que o delito praticado não tenha sido tão grave que valesse a pena puni-lo com a cassação. Mas aconteceu que o Senador Antônio Carlos Magalhães sempre se julgou acima do bem e do mal e acima da lei. Ele abusou do poder. Na verdade, fez chacota com tudo isso, e o Senado tem que ser impiedoso nessa questão. O delito praticado por ambos merece a pena maior. E mais do que isso, Deputada Elaine Matozinhos, a sociedade, perplexa, exige justiça, não podemos deixar que a população brasileira, que a nossa juventude perca as esperanças. O que está em jogo é a instituição Senado da República; o que está em jogo é a instituição Senado da República, é esta instituição Assembléia Legislativa, todas as Casas Legislativas e os políticos do País. Deputada, estamos em jogo. O povo não pode perder a esperança; tem de saber que existem políticos e políticos. Sabemos que há pessoas sérias no País, inúmeros Senadores e Deputados. Permitiria-me dizer, até porque não é do meu partido, por exemplo, o Senador Jefferson Péres, que, sem dúvida, tem se mostrado um combativo Senador, homem realmente exemplar, que, muitas vezes, à semelhança de muitos de nós, inclusive já quis largar a vida pública por causa de todas essas questões.

Quero cumprimentar V. Exa. em meu nome e no da Bancada do PMDB na Casa e dizer, em relação ao Senador Jader Barbalho, que hoje preside o nosso partido, do nosso constrangimento. Em primeiro lugar, exigimos que saia da Presidência do partido. Em segundo, que seja julgado da mesma forma que os outros dois Senadores. Obrigado.

A Deputada Elaine Matozinhos - Agradeço o aparte, Deputado Márcio Cunha. Sei que a postura de V. Exa., como a da Bancada do PMDB, não poderia ser outra: estar fazendo coro com voz neste momento. O PSB, junto com os demais segmentos ligados às lutas populares e à defesa do Brasil e da liberdade e justiça social para o povo, não tem se calado. Estamos convictos da necessidade de passar a limpo todos os escândalos que, como nuvem negra, pairam sobre as nossas cabeças, insistindo em impedir a edificação de uma nação livre e soberana, como pretendemos.

A realização de reformas profundas na sociedade brasileira implica em quebrar ou limitar drasticamente o poder dos grupos corruptos encastelados no poder. A impunidade se junta ao desemprego, à concentração de renda e à miséria, aprofundando a crise e a exclusão social.

A cada dia, acentua-se a face autoritária do Governo FHC, que, por temor ou outro motivo obscuro, luta com todas as forças para barrar a CPI da Corrupção. Trata-se de um Governo ancorado na mais ampla coalizão das classes dominantes da história republicana e, não bastasse o notório compromisso de FHC com o projeto neoliberal, com o capital financeiro internacional e com as elites empresariais e políticas, e apenas com elas, avolumam-se, de forma assustadora, as evidências de corrupção envolvendo pessoas de dentro do Governo ou a ele ligadas.

Só na CPI da Corrupção, são cerca de 20 casos gravíssimos a serem apurados. Somente a insensibilidade ou a defesa de interesses escusos pode se opor a essa pretensão, verdadeiramente popular, democrática e capaz de contribuir para a reforma de nossa sociedade.

Existem condições históricas para que promovamos um processo de transformação estrutural que enfrente a crise e supere a miséria e a desagregação social. A limpeza ética que nós, brasileiros, nos propomos é parte fundamental desse processo.

O Senado da República está entre duas opções, tanto num caso como noutro, se reduz a um jogo de bonecos ou emerge, depositário de nossas esperanças políticas, nossos anseios éticos e nossa virtude constitucional.

É sorte nossa que, plasmado ao lado de defeitos congênitos, mas não irreversíveis, como o clientelismo e a patronagem, tenhamos nós, brasileiros, vigor, fibra e juventude de ideais suficientes para nos contrapor, gerações a fio, às elites que recorrentemente furtam, corrompem, fraudam, manipulam e enganam, a fim de permanecer no poder. Sentem-se donos do poder a ponto de tentar nos impor o projeto neoliberal contra nossos interesses, desejos, nossa pátria e nossa Constituição. Mal sabem que ainda nos resta muita reserva de resistência.

A CPI da Corrupção, que engloba vários casos, como os de Eduardo Jorge e Jader Barbalho, ou a violação do painel eletrônico, têm no fundo, a mesma origem nefasta e é contra ela que ora nos batemos. Somos um povo novo na luta para nos fazermos a nós mesmos, um povo digno de seus atributos, a começar pela construção de uma sociedade também nova, em que velhos erros e vícios sejam corrigidos.

O PSB, por seus compromissos estatutários e por sua trajetória de lutas, não se calará neste momento, exigindo a justa apuração e punição dos culpados de violação dos bens públicos. Afinal, como ensinou Montesquieu, "a justiça feita a um é ameaça a todos".

Que sejam cassados os Senadores Magalhães e Arruda por quebra de decoro e imediatamente instalada a CPI da Corrupção, como instrumento de ratificação e sedimentação de nossos valores éticos, nossa vocação cidadã e nossos compromissos.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Nobre Deputada Elaine Matozinhos, Líder da Bancada do PSB nesta Casa, gostaríamos de estar com V. Exa. erguendo essa bandeira, que o povo hoje quer, mais do nunca, que seja transparente. Essa bandeira requer que esses episódios citados por V. Exa. sejam realmente apurados.

Entendemos que a cassação dos Senadores José Roberto Arruda e Antônio Carlos Magalhães seria uma afirmação do Senado como instituição e, acima de tudo, a capacidade de cortar a própria carne. Acredito que não somente nós, da Bancada do PSB, estamos cobrando dos Senadores postura coerente, séria e, acima de tudo, corajosa. Esses dois Senadores têm de ser cassados. A quebra do decoro parlamentar está mais explícita que qualquer outra coisa.

Fico pensando naqueles cidadãos que moram nas ruas e naqueles que foram presos por simples furto, por uma coisa pequena, às vezes cumprindo pena em delegacia ou penitenciária, ouvindo, por meio do rádio e da televisão, esses escândalos que estão acontecendo em Brasília, envolvendo o Senado Federal. Devem se perguntar: será que somente nós? Será que, no Brasil, ainda vão para a cadeia somente os três "pês": preto, pobre e prostituta? Tenho certeza de que as pessoas mais humildes ficam fazendo esse tipo de questionamento. Se o Senado for corajoso para fazer o que tem de ser feito, cassará esses dois Senadores.

Mas não podemos ficar somente nisso. Temos o Senador Jader Barbalho ocupando a Presidência do Senado, e há denúncias seriíssimas contra ele. O mínimo que poderia ter feito era pedir afastamento da Presidência, para que fossem investigadas, exaustivamente, as denúncias contra ele.

V. Exa. está de parabéns. Os cidadãos mais humildes estão questionando, com certeza, a seriedade e a conduta desses parlamentares. Não podemos permitir que tantos casos sejam entregues ao tempo, certamente ao esquecimento, como o foram o caso da pasta rosa, o caso do SIVAM, do PROER, do Eduardo Jorge, do TRT de São Paulo e, mais recentemente,

do Ministro Bezerra, da Integração. Isso não pode continuar desse jeito.

A Bancada Estadual do PSB defende a CPI da Corrupção já, mais do que nunca. Essa é a forma que os políticos têm de resgatar a confiança do povo nos parlamentos municipal, estadual e federal.

Não poderia deixar de falar da denúncia contra os radares. Isso está mais que constatado. Já foram canceladas 131 mil multas. Qual o órgão envolvido? O DNER, do Governo Federal.

A CPI da Corrupção tem de sair logo. São denúncias atrás de denúncias. Dizer que a Oposição está querendo isso como palanque político é engodo.

O Presidente Fernando Henrique criou, em seu Ministério, uma Corregedoria-Geral da União para inglês ver. Sabemos muito bem que, apesar de ter o "status" de Ministro, a Corregedoria-Geral da União não tem competência para investigar Deputado Federal nem Senador, já que é preciso haver autorização legislativa para tal. Já uma CPI mista, composta por Deputados Federais e Senadores, tem total competência para investigar qualquer pessoa, e é disso que precisamos. O Presidente Fernando Henrique deveria ter um pouco mais de bom senso, coerência e equilíbrio, o que parece estar lhe faltando, uma vez que pede que a base do Governo retire as assinaturas.

Isso tem que acabar, e o povo deve mobilizar-se. Há pouco tempo, estive nesta tribuna dizendo que o povo precisa fazer uma mobilização nacional em direção a Brasília, para cobrar justiça e transparência, principalmente dos homens públicos. O Vereador, o Deputado Estadual e o Federal, o Senador, o Prefeito e o Governador devem, acima de tudo, dar exemplo, o que não aconteceu com os Senadores ACM, Jäder Barbalho e José Roberto Arruda, que não servem de exemplo para nenhum cidadão e, portanto, devem ser cassados.

V. Exa. está de parabéns por levantar esse assunto, que está em todas as rodas. É bom que o povo conheça a posição do PSB em relação à CPI da Corrupção e à cassação do mandato desses Senadores. Obrigado.

A Deputada Elaine Matozinhos - Deputado Sargento Rodrigues, Vice-Líder da Bancada do PSB, ficou bastante clara a nossa posição, a partir de minha fala como Líder da Bancada e Presidente do PSB em Minas. Enviaremos um fax ao gabinete de nosso querido Senador Saturnino Braga, para que tenha consciência do real desejo de todo o PSB mineiro.

O Deputado Chico Rafael (em aparte) - Agradeço a oportunidade de participar do pronunciamento de V. Exa. e de me unir a suas palavras de indignação diante dos acontecimentos do País e desse verdadeiro mar de lama em que se envolve a cúpula do Poder Legislativo: o Senado Federal.

Esse "show" que vem sendo televisionado para todo o País, mostrando a fraude no painel do Senado, vem fantasiar e mascarar algo muito mais preocupante e nefasto: a corrupção desenfreada na SUDAM, na SUDENE e em outros órgãos. Estamos vendo o trabalho do Presidente Fernando Henrique a fim de evitar a CPI da Corrupção e, além de todas essas mazelas, vivemos grave situação em relação aos aposentados do INSS.

Temos, na galeria, um grupo de aposentados do INSS, liderados pelo Sr. Hermélio Soares Campos, da Federação dos Aposentados, juntamente com a Sra. Maria Machado, outro grande líder do grupo de aposentados e pensionistas do INSS do Estado. Hoje os aposentados de Belo Horizonte e de outras cidades estarão fazendo uma vigília nesta Casa, no "hall" das bandeiras, com o objetivo de chamar a atenção da sociedade mineira e do povo brasileiro para o INSS e, principalmente, para o que vêm fazendo com os aposentados. São a massa que sobra neste País, pois assim são tratados pelos órgãos do Governo Federal. Essa massa "sobrante", lamentavelmente é obrigada a submeter-se ao suplício de passar uma noite sob o frio e o relento, para chamar a atenção das nossas autoridades federais e, em particular, das previdenciárias, para o que está ocorrendo com eles.

Está havendo um processo de desmantelamento do sistema previdenciário do País para beneficiar o setor privado, o setor bancário e o setor bancário internacional. As autoridades previdenciárias entendem que quem quiser ter aposentadoria digna deverá recorrer aos planos de previdência complementar. Defendem essa tese, levando em conta que todos os trabalhadores brasileiros têm a sua carteira registrada e que estão empregados. Ao contrário, a imprensa tem noticiado a todo o momento o nível de desemprego no País e o da economia informal, que não registra os nossos trabalhadores. Dizem que, se a pessoa quiser se aposentar, terá de contribuir durante 35 anos. Não bastasse isso, uma vez concedido o benefício, o INSS, através de mirabolantes planos econômicos perpetrados pela equipe econômica, tira-lhe um pedaço. Em 1988, com o advento da nova Constituição da República, ficou determinado que os benefícios deveriam representar o mesmo número de salários mínimos com os quais se iniciaram. Hoje, isso já não ocorre. Em 1989, um benefício representava cinco salários mínimos, hoje representa R\$598,00. Ao passo que, se fosse vinculado ao salário mínimo, esse benefício deveria representar R\$900,00. Está ocorrendo esse processo de desbaste - usando as palavras do Presidente Campos Soares - dos benefícios, com o objetivo de privatizar o sistema previdenciário do País, deixando de lado 16 milhões de aposentados.

O objetivo do nosso pronunciamento e da presença desses heróicos resistentes da massa "sobrante" do País é solicitar o apoio da Assembléia Legislativa, para que esse processo de desmantelamento e de desmonte do sistema previdenciário reverta. Pedem o apoio da Assembléia Legislativa, para que as autoridades previdenciárias reajustem o benefício dos aposentados pelo INSS no mesmo percentual em que está sendo reajustado o salário mínimo, 19,26%, enquanto os benefícios acima de um salário mínimo estão sendo reajustados com o percentual de 5,57%. Esse processo que ao longo dos anos vem marcando o sistema previdenciário, pois tem sido adotado pelas autoridades previdenciárias, está causando prejuízo da ordem de 50% no valor dos benefícios daqueles que recebem acima de um salário mínimo. Estamos fazendo esta intervenção para dar voz a esse grupo de batalhadores que vestiram a camisa dos aposentados e dos pensionistas do INSS e que passarão a noite à porta da Assembléia Legislativa. Até quando teremos de conviver com essa situação? Até quando nós, homens públicos e autoridades do Governo Federal, suportaremos essa situação de os aposentados terem de fazer vigília à porta de um parlamento, para mendigar aquilo que lhes é devido e garantido pela Constituição: o valor real do benefício?

Acredito que teremos o apoio do Presidente da Casa e dos Deputados para votar favoravelmente ao requerimento que aqui se encontra, a ser dirigido ao Presidente da República, ao Ministro da Previdência, a fim de que adotem outra prática, concedendo aos aposentados o que lhes é garantido pela Constituição da República, o que, infelizmente, não vem sendo cumprido.

Faço a leitura de um trecho da entrevista do Ministro Marco Aurélio, que será Presidente do Supremo Tribunal Federal, tecendo comentários sobre as decisões judiciais e interesses do Governo com relação ao Supremo Tribunal: (- Lê:) "É inerente ao ser humano não suportar decisões contrárias aos próprios interesses. No campo governamental, o interesse diz respeito à política que está em curso. Aqui, no Supremo, ainda estamos no rescaldo dos incêndios provocados pelos diversos planos econômicos. São planos elaborados por tecnocratas, sem uma supervisão técnica, com independência desejável, de um profissional do direito.

Esses planos atropelaram direito adquirido, situações jurídicas perfeitas e até a coisa julgada para se afastar a inflação, o alvo eleito.

Passamos a ter uma estabilidade econômica maior, o que é muito bom, mas surgiu uma instabilidade mais nefasta, que é a normativa (mudança excessiva na legislação). Precisamos parar com essa mania de acreditar que vamos corrigir as mazelas do Brasil mediante novas leis. O que precisamos, em última análise, é de homens que cumpram as existentes".

Apelo, mais uma vez, aos colegas parlamentares para que façamos intervenções junto aos Deputados Federais e aos Senadores por Minas Gerais, para que seja cumprida a Lei Maior do nosso País, a Constituição, que garante a preservação do valor dos benefícios, sistematicamente desrespeitados pelos "burocratas de plantão", que ocupam os porões do Ministério da Previdência, em Brasília.

Essa é a nossa participação em favor da sofrida categoria dos aposentados e pensionistas do INSS, representando, desta tribuna, a voz de todos os injustiçados.

A Deputada Elaine Matozinhos - Agradeço o aparte do Deputado Chico Rafael. Digo ao Presidente da Associação dos Aposentados e demais amigos que toda a nossa bancada, o Presidente desta Casa e os demais Deputados estarão fazendo coro com os aposentados, acompanhando o desenrolar dos fatos. Nosso gabinete já encaminhou expediente aos Deputados Federais do PSB, solicitando que se faça cumprir a lei. Estamos, mais uma vez, vendo o Governo surrupiando, levando, roubando o dinheiro do aposentado, daquele que contribuiu para a riqueza deste País, doando sua vida, seu trabalho, para, ao final, ser injustiçado quando de sua aposentadoria.

A Deputada Maria José Hauelsen (em aparte) - Deputada Elaine Matozinhos, cumprimento-a pelo seu pronunciamento. De todas as Assembléias Legislativas do nosso País, deveriam surgir protestos contra a tentativa de escamotear as responsabilidades e as culpas dos dois Senadores, que enxovalharam o Senado Federal nos tempos atuais. Deixar a impunidade continuar é concordar que nós todos, políticos, agentes públicos, sejamos jogados no lamaçal.

A voz do povo diz que é assim mesmo, todo político faz assim, a vida é assim. Mas não é assim mesmo, a vida não é assim, os políticos não são todos assim. Muitos estão assim porque acharam espaço para suas malandragens, para a falta de decoro e, com certeza, procedem assim há muito tempo.

Temos de combater a impunidade, cuidar da moralidade e do respeito às coisas públicas, porque nós, políticos, Deputados, Vereadores, Prefeitos, Governadores, muitas vezes somos jogados na vala comum.

Meu partido tem tido a hombridade e honradez de lutar pelas CPIs, pela cassação, pela luta contra a imoralidade deste País.

Quero comentar uma pequena nota que vi, há quase um mês, do Deputado Federal Aécio Neves. Ele disse que o PSDB está carregando a bandeira da ética e da moralidade na prática e no discurso. Foi mais adiante: não poderia deixar que essa bandeira fosse exclusividade do PT. Tomei aquilo como um elogio, mas vi duas coisas: primeiro, ato falho do Deputado Aécio Neves quando reconhece que o PT não pode ficar só com essa bandeira. Segundo, nós, do PT, nunca quisemos tirar patente da ética e da moralidade, que são valores absolutos. Não compete a ninguém ser dono de valor absoluto. Entendemos que pronunciamentos contra a imoralidade devem ser feitos por todos os partidos.

Agora, vemos ACM e José Arruda implicados no Senado. Mas há ainda um terceiro gravemente denunciado e implicado: Jäder Barbalho. São três partidos dos mais importantes deste País. Não vou dizer que é o PMDB, o PSDB ou o PFL, porque sei que há nesses partidos pessoas sérias, corretas, honestas, e são muitos. Às vezes, alguns mancham toda uma entidade partidária.

É lamentável que os três partidos que, por muito tempo, deram sustentação ao Fernando Henrique Cardoso estejam jogados dessa maneira para a censura e para a opinião pública. Todos queremos a penalidade não apenas para os dois Senadores do painel, mas também para o Jäder Barbalho.

O escândalo da SUDAM e da SUDENE consumiu mais de R\$4.000.000.000,00. O conhecimento que temos é de que uma redução de apenas 10% na corrupção do País contribuiria para elevar o salário mínimo para próximo de R\$300,00.

Acho que todos nós, que temos responsabilidade pela moralidade e pela ética no discurso e na prática, como disse o Deputado Aécio Neves, temos de nos comprometer com essa batalha, para que as cassações sejam feitas, não com sentido de vingança, ou para cantar vitória, mas para que o mau exemplo que deram para tantos não continue. Muito obrigada, Deputada, pela oportunidade.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)\* - Quero parabenizá-la por sua fala, Deputada. Enquanto médico, com 23 anos de profissão, posso falar da minha vivência em relação aos aposentados e pensionistas do País. Tenho conhecimento do quanto gastam em uma receita médica de uso continuado e também de como podem comprar seus remédios, seus anti-hipertensivos, seus vasodilatadores cerebrais, anti-diabéticos, e tantos outros medicamentos como anti-adesivos plaquetários, etc., de uso continuado, que são remédios caros.

Ou mesmo quanto aos broncodilatadores dos DPOCs e asmáticos, que, com um salário mínimo, passam as agruras, mas esperavam um futuro melhor, porque trabalharam para isso.

Então, é nesse sentido que parabenizo toda a movimentação de hoje com relação às pensionistas e aos aposentados deste País e levo todo o apoio desta Casa e do PSB. Essa vigília vai até amanhã, mas podem contar com o nosso apoio irrestrito a esse movimento de fé, de muita força e, inclusive, de exemplo em todo o País para outras categorias.

Por fim, Deputada, gostaria de dizer que o nosso Senador está com uma tarefa enorme nas mãos, mas - temos certeza - irá cumpri-la dentro da justiça, porque não sei se o povo brasileiro agüentaria mais essa frustração. Dois Senadores violaram o painel, o que parece ser simples, regimental, mas não é, pois violaram o pressuposto, o pilar básico da democracia, que é o voto secreto e a escolha livre.

Assim, parabenizo e deixo todo o apoio do PSB para que a justiça seja feita neste País.

A Deputada Elaine Matozinhos - Agradeço ao Deputado Edson Rezende. Desta tribuna queremos dizer da confiança que depositamos no Senador Saturnino Braga, que, realmente, vai fazer cumprir a lei, em nome da ética e do decoro, porque é isso que o Brasil espera e precisa: a cassação dos dois Senadores. Obrigada.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo\* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é uma grande luta deste Poder a implantação do Serviço Integrado de Administração Financeira - SIAFI - Cidadão -, a qual tornará transparente as relações entre o poder público e a população do Estado. Apoiamos, nos últimos seis anos, matérias análogas que tramitaram nesta Casa. Essa medida foi adotada pelo Governo Federal há dez anos, e, por esse sistema integrado de administração financeira, foi possível, durante o "impeachment" de Collor, que Deputados e Senadores acessassem gastos do Governo e divulgassem para a opinião pública questões fundamentais, referentes aos gastos realizados pela chamada Casa da Dinda.

O veto total do Governador do Estado é um desserviço à democracia. Fazemos um encaminhamento contrário ao veto, porque, hoje, falta transparência às contas do Governo, e Deputados e cidadãos não podem acompanhar a aplicação dos recursos.

Há pouco, observamos como essa falta de transparência causa um grande dano ao Governo. Na Comissão Especial presidida pelo Deputado Mauro Lobo, que analisa a liberação de recursos para as quase 200 cidades da área de abrangência da Companhia Vale do Rio Doce, pudemos ver que os recursos do Fundo de Privatização da Vale - coordenado, no Estado, pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e, na União, pelo BNDES - tiveram sua aplicação protelada nos últimos três anos. Ressalto que, dos seis Estados atingidos, somente Minas Gerais não teve seus recursos liberados. E não adianta nenhum xenófobo reclamar que se trata de perseguição do Governo Federal, pois fomos informados pelo Presidente da Comissão de que o próprio Governo do Estado, no ano passado, solicitou, com muito zelo, que não houvesse a liberação. Portanto, não adianta defendermos a posição de que Minas está sendo ilhada ou perseguida.

Mas o grande problema é que as 200 Prefeituras do Estado não têm conhecimento desses recursos. Vivem ansiosas, porque não há um órgão que possam acessar para saber como estão sendo aplicados esses recursos. A falta de transparência acaba ensejando picaretagem.

Recebemos uma denúncia concreta. Segundo os Deputados Mauro Lobo e José Henrique, o ex-Prefeito de Turmalina, Soécio Barbosa, que já esteve no Governo do Estado no primeiro "desgoverno" do Sr. Newton Cardoso e foi condenado por atos de improbidade administrativa, tem uma firma e vem visitando todas as Prefeituras do Estado. Ele telefona, apresenta-se como assessor do Vice-Governador Newton Cardoso e delegado da região do PMDB. No Leste de Minas, há algumas Prefeituras coligadas ao PMDB e ao PT, ensejando o que poderia ter sido, em 1998, a Frente de Oposição e o embrião de um projeto nacional. Apresenta-se, também, sob o ponto de vista partidário e diz que está lá em nome do Vice-Governador. Diz que, se o serviço da sua empresa for contratado, os recursos dessas Prefeituras serão liberados primeiro e na totalidade. Não aprendeu com uma condenação.

O problema é que faltou cadeia, porque, se tivesse havido cadeia na primeira condenação, teria aprendido. Ele não faz isso por altruísmo nem para demonstrar a influência do Vice-Governador na região. Solicita de 5% a 10% da liberação dos recursos. Com as aplicações, os recursos do Fundo de Privatização da Vale devem estar acima de R\$180.000.000,00. Então, 10% seriam R\$18.000.000,00, ou seja, uma pequena fortuna.

Temos de rejeitar esse veto, para que picaretas como o Sr. Soélcio Barbosa não atuem, dilapidando o patrimônio público. É a transparência com relação aos gastos e às aplicações dos recursos do Governo do Estado. Por isso, estamos encaminhando para a rejeição do veto e fazendo essa denúncia. A Comissão tinha convocado o Sr. Soélcio para prestar esclarecimentos. Disse que tinha compromissos inadiáveis em São Paulo e, por isso, não poderia vir. É lamentável que esse fato aconteça. Isso é falta de transparência.

O Deputado Márcio Kangussu já fez denúncias a respeito de questões federais. Imaginem quantas pessoas como essa podem estar atuando no interior do Estado. E pensamos que o problema gira em torno de três Senadores. Talvez até Deputados sejam responsabilizados, como a pessoa que se diz enviada pelo Sr. Newton Cardoso, propondo e cobrando propinas das Prefeituras Municipais. Isso ocorre devido à falta de transparência relativa à questão orçamentária. Isso é grave. O Governo do Estado tem de vir a público, porque, quando um projeto como esse é vetado, significa que não querem transparência.

O Sr. Soélcio é ou não assessor do Governador? Na Comissão, citei os que indicou. Fornece os seus telefones e os que diz serem do gabinete do Vice-Governador, para entrar em contato com ele. Depois que faz o contato, uma pessoa que se apresenta como seu assessor, com o nome de Elder, vai pessoalmente aos municípios olhar os projetos e saber o que a Prefeitura quer fazer. Visita as obras e os locais e diz: "Olha, isso é fácil. Pode ter a certeza de que, com a nossa contratação, esse recurso sai".

Só quero deixar bem claro que ele assina o contrato antes. Mas, numa crise de honestidade, diz: para mostrar que somos honestos e transparentes, pague só depois que o dinheiro estiver na conta. E, com certeza, essa Prefeitura será a primeira. Não sei como ele faz, porque, a todas as 200 Prefeituras, anuncia que será a primeira a receber os recursos.

A derrubada desse veto é imperativa para o processo de transparência, é fundamental para que a população possa fiscalizar os atos do Poder Executivo. Alguns acham que o trabalho que fazemos é de obstrução. Mas entendemos que uma matéria dessa gravidade, com a denúncia que recebemos na Comissão, deve ser tornada pública. Não tivemos oportunidade de discutir no "pinga-fogo", porque estávamos na Comissão, aguardando a presença do depoente, que não compareceu. Aqui estamos, mostrando a necessidade da transparência na aplicação dos recursos públicos. Que saibamos como cada órgão do Governo, cada Secretaria está gastando o dinheiro proveniente dos impostos pagos pelos cidadãos mineiros. A rejeição do SIAFI-Cidadão é fundamental para impedir que denúncias como essas, tornadas públicas, não aconteçam neste Estado. Que todos os cidadãos, parlamentares, Vereadores, possam, acessando a Internet, com um mínimo de esforço, exercer seu papel de fiscalização.

O Deputado Mauro Lobo (em aparte)\* - As considerações feitas por V. Exa. são procedentes. É papel da Assembléia, no tocante à fiscalização, não só apresentar denúncias, mas propostas que visem a dificultar a ação deletéria na administração pública. Temos bons exemplos de medidas governamentais que mostram como atingir objetivos de forma clara. Lembro-me da votação, nesta Casa, do projeto denominado Robin Hood. Era um recurso significativo que ia diretamente para os pequenos municípios, sem interferência de quem quer que seja.

Há poucos dias, apresentamos um projeto que dá transparência ao processo de licitação, através da instituição do pregão, como forma, também, de licitação. Acreditamos que são formas que dão agilidade e transparência ao serviço público. Quanto ao caso debatido, referente aos recursos da Vale do Rio Doce, já tivemos a oportunidade de apelar ao Governo do Estado para que agilize o processo.

Sabemos hoje das dificuldades econômico-financeiras do Estado. Quando existe um recurso sendo disponibilizado, faltando apenas um pequeno esforço para agilizar a documentação necessária para que seja liberado, acho que é obrigação, e não favor, apressar o processo. Temos centenas de Prefeitos, quase 200 Prefeituras, aguardando, há mais de um ano e meio, a liberação desses recursos.

Segundo informação da Diretora do BNDES, Dra. Beatriz Azeredo, o próprio Governo do Estado havia solicitado que esse recurso não fosse liberado em 2000 por causa das eleições municipais. Já estamos no quinto mês deste ano, sétimo mês após as eleições. O que está impedindo essa liberação? Por isso é que os Prefeitos estão ansiosos. Será que vão receber isso como uma benesse de alguém que não batalhou nem teve interferência nesse projeto e agora vai se apresentar como o grande benfeitor dos municípios da região da Vale do Rio Doce? Acho que isso já é um direito adquirido dos municípios, só falta o Governo do Estado agilizar, para que recebam de fato aquilo a que têm direito: os recursos oriundos da privatização da Vale. Muito obrigado.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte)\* - Também venho manifestar minha concordância com a defesa que V. Exa. faz da necessidade da democracia, do funcionamento das instituições em nosso Estado, com a rejeição desse veto.

Não posso entender nem alcançar a razão, o porquê de o Governo do Estado ser contra uma medida de transparência na administração pública em nosso Estado. Essa medida só trará benefícios para as pessoas bem-intencionadas, para todos os cidadãos, quer tenham envolvimento direto na administração ou não, mas que tenham o interesse de que o Brasil possa percorrer um caminho do uso correto dos recursos públicos.

É grave essa denúncia que V. Exa. faz de que um preposto do Vice-Governador, Newton Cardoso, sai por aí se apresentando como seu representante e, em seu nome, faz propostas indecorosas, indecentes, imorais e ilegais de solicitação de propina para liberação de recursos.

Cabe, não a nós, mas ao Vice-Governador desmentir esse cidadão. Se ele não fala em nome do Vice-Governador, este deve vir a público para desautorizá-lo e para dizer que dará entrada a uma ação penal contra ele. Eu faria isso se alguém, em meu nome, sem minha autorização, sáisse por aí fazendo propostas indecentes e indecorosas para Prefeitos do interior do Estado.

V. Exa. tem razão, a rejeição desse veto é fundamental para o interesse público, a transparência e a visibilidade do uso do dinheiro público. Que seja rejeitado esse veto e que possamos ter o SIAFI-Cidadão funcionando.

O Deputado Durval Ângelo\* - Agradeço suas palavras. O projeto do Deputado Carlos Pimenta, vetado na íntegra modifica a Lei nº 13.496 de 5/4/2000, que cria aquilo que o Governo chama de Serviço Integrado de Administração Financeira - SIAFI-Cidadão.

E, de acordo com o art. 3º, podemos ver os acervos disponíveis para o SIAFI-Cidadão: realização de estudo prévio, por meio de pesquisas, sobre as principais informações às quais a sociedade gostaria de ter acesso; organização das informações; agrupamento das informações por políticas setoriais sobre saúde, educação e outras áreas de interesse da municipalidade e a organização de arquivo de informações especiais, de acesso limitado.

O Deputado Carlos Pimenta propõe a inclusão nesses itens dos dados correspondentes aos contratos de obras públicas, como partes, valor, prazos e a evolução da execução dos serviços. Olhem bem: o Governo chama a Lei nº 13.496 de SIAFI-Cidadão - Sistema Integrado de Administração Financeira -, mas não há dado financeiro disponível. Então, não seria SIAFI, mas políticas públicas.

Na verdade, o que o Deputado Carlos Pimenta propõe é a disponibilidade de dados de contratos, de gastos de execuções de obras, mas a justificativa do seu veto é hilária. Dizer que vetou porque precisaria de muitos funcionários disponíveis para abastecer o sistema é desconhecer que todas as operações do Estado, seus empenhos e atividades, já são feitas de forma computadorizada. Esses dados estão disponíveis para acesso imediatamente. Será que pensam que o Governo faz tudo manualmente, inclusive o pagamento? Será que pensam que, dos empenhos e contratos, não há nada disponível no sistema de cada órgão? Isso é hilário, para não fazer uma crítica mais séria.

Acho que esse veto é inconcebível. Denunciamos situações como a desses recursos da Vale, porque não existe transparência. Se o Prefeito tivesse acesso a esses dados, disponíveis num sistema de fato, e não num projeto integrado de fiscalização financeira, não teríamos todo esse problema. Por exemplo, há pouco, ouvimos denúncias quanto ao INMETRO. Se tudo estivesse disponível para acesso no SIAFI, isso não aconteceria.

O Governo fica apagando incêndio. É uma denúncia de corrupção ali, outra acolá. Se esses dados estivessem disponíveis, isso não aconteceria, porque a própria população estaria fiscalizando e facilitaria o trabalho do próprio Governo, se, realmente, quisesse ética e transparência.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Deputado Durval Ângelo, quero manifestar minha inteira concordância, na condição de Líder, com as afirmações que V. Exa. acaba de fazer desta tribuna.

Estamos vivendo momentos difíceis na vida nacional, onde a corrupção tem sido verdadeira tragédia nas administrações, tem sido um atentado contra o desenvolvimento do nosso País, tem comprometido a renda nacional, tem sido fator de concentração de riqueza e de opressão à classe trabalhadora, aos mais humildes e pobres.

De tudo o que V. Exa. disse, fica esse ponto, pelo qual temos que batalhar com muita intensidade: mais importante que combater o mal já realizado é evitar o acontecimento de novos males. E a ação mais contundente nesse processo se faz através do princípio constitucional da boa prática da administração pública, que é realizá-la com transparência. O SIAF-Cidadão, em todos os níveis, em todos os momentos, em todos os passos, é o elemento essencial. Hoje, temos ciência e técnica capaz de garantir seu trabalho pleno em todos os níveis.

Ao tratarmos dessa questão do Governo do Estado, do Executivo, é importante salientar que a luta do PT tem sido para que o SIAF-Cidadão seja aplicado na Assembléia Legislativa, no Judiciário e em todos os órgãos do aparelho do Estado, porque só assim vamos fazer a prevenção e controlar as estruturas do Estado, para que façam as aplicações dos recursos da melhor maneira possível.

Então, como Líder da Bancada do PT, quero manifestar também o nosso empenho, a nossa dedicação, o nosso compromisso de votar e defender, em todos os momentos e em todos os lugares, a aplicação de um sistema de informatização completo.

O que V. Exa. colocou é verdade. Nenhum de nós, mesmo aqueles que fazem parte da Comissão de Fiscalização Financeira, que têm maior acesso ao SIAFI, têm as informações completas. Não temos informações suficientes para fazer uma avaliação, para ver se os recursos públicos estão sendo aplicados corretamente. As informações são genéricas, superficiais, insuficientes para qualquer análise completa do ponto de vista da aplicação dos recursos: se estão sendo aplicados corretamente, se as licitações estão compatíveis com a realidade, com a boa prática da administração, com a realidade do mercado, com os custos reais de uma ação administrativa. Então, a nossa postura, o voto, a luta do PT será inteiramente para garantirmos mecanismos de transparência no controle da máquina estatal. Se isso existisse, hoje não estariam expostos os Senadores da República; se isso existisse, não estaríamos diante de tantos, sucessivos e graves escândalos que acontecem no nosso Estado e no nosso País.

Portanto, esse instrumento deve ser perseguido, garantido não só pela Bancada do PT, mas pela Casa, que representa o interesse do povo. Entendo que defender o SIAFI aqui é uma obrigação, é um dever constitucional da Assembléia Legislativa.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Acompanhando o raciocínio de V. Exa., gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento contra esse veto do Governador ao projeto de lei do Deputado Carlos Pimenta. Aqui não pesa, de forma alguma, a posição partidária, fazendo minhas as palavras do Deputado Adelmo Carneiro Leão. O Poder Legislativo tem a função precípua, neste momento, de fiscalizar, muito mais do que legislar. E aí vem a legislação pedindo, ao mesmo tempo, fiscalização. Então, estamos conjugando o binômio neste parlamento. Assusta-me muito um Governo que prega moralidade, ética, opor veto a projeto dessa natureza. Isso nos assusta, fazendo, mais uma vez, a força do presidencialismo preponderar sobre o direito do povo. Nós, como representantes do povo, temos, neste momento, a função de fiscalizar. As iniciativas de todos os parlamentos, mesmo a partir da Constituinte, têm sido no sentido de criar os instrumentos de fiscalização. Mas a práxis não tem acontecido. Aqui lutamos muito. Às vezes pedimos aos colegas para derrubar um veto, quando o projeto é importante para o povo; às vezes pedimos que aprove um projeto, uma PEC, etc. Depois, o Governador tem de regulamentar. Vamos fazer uma reflexão e observar qual o percentual de projetos que são regulamentados, que há um decreto colocando na prática a nossa vontade, que é a vontade do povo, pois aqui somos mediadores. Vejam que hoje temos um elenco integrado para a fiscalização, correlacionado primeiramente com a LDO, depois com o orçamento, com o PMDI, com o PPAG. Tudo isso tem de ser colocado na prática. A práxis tem de acontecer. Temos uma cultura histórica de que o orçamento é nebuloso, é clássico.

Conversando com os consultores da Casa, indagamos se havíamos conseguido avançar no orçamento. Houve algum avanço, apesar de débil e enfraquecido, como os nossos encontros com os Secretários no ano passado, em que sugerimos - a exemplo do Deputado Adelmo Carneiro Leão na área da saúde - visibilidade no orçamento, que é nebuloso como um tempo fechado para os pilotos. Acho que ainda continua fechado. Temos de evoluir, tornar o orçamento mais claro. Nessa condição, poderá ser cobrado. O mesmo se aplica à LDO. Não falo mais em Plano Plurianual e em Plano Mineiro de Desenvolvimento Sustentável, pois queremos esses dois itens funcionando, as ações de Governo sendo fiscalizadas por este parlamento, que levantará a situação das atividades nas Secretarias e as assinaturas de convênios por meio do SIAFI-Cidadão. Temos essa prática, mas a própria Assembléia, às vezes, tem dificuldades para acessar esse serviço.

Parabenizo V. Exa, reafirmando a responsabilidade e o compromisso de cada Deputado em transformar este parlamento numa Casa transparente, por meio desse instrumento, desse projeto de lei. Tenho a certeza de que o PSDB votará contra o veto. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo\* - Agradeço as palavras do Deputado Hely Tarquínio. Aquele que veta um projeto como esse do Deputado Carlos Pimenta não quer transparência. Não adianta criar auditoria setorializada em cada Secretaria. Não adianta convocar o Auditor-Geral do Estado para investigar depois que a tramela da porta foi arrebitada. É necessário prevenir. Infelizmente, o veto é um sinal claro da falta de transparência.

Sr. Presidente, atenta Mesa diretora, interessado relator, expressivo Plenário, se não quisermos, daqui a alguns anos, talvez, sem golpe militar, assistir em alguma TV ou ler em alguma manchete de jornal que um Poder Legislativo foi fechado e ninguém sentiu sua falta, temos de nos aprimorar naquilo que deve ser a grande tendência nos Legislativos contemporâneos, que é a ação fiscalizadora. Não fiscalização após a realização das ações de Governo, mas a cada momento. Temos de ter uma Secretaria ou uma Comissão de Fiscalização Financeira que acompanhe passo a passo os gastos. Temos de ter uma Comissão de Direitos Humanos que acompanhe, dia a dia, mês a mês, a execução das políticas públicas. Precisamos de uma Comissão de Saúde que acompanhe cada ato da Secretaria da Saúde.

Somente assim, aprimorando a ação fiscalizadora do Poder Legislativo, demonstraremos, na prática, que este Poder é instrumento imprescindível para a construção da democracia e para o bom uso dos recursos públicos. Por isso, a derrubada do veto é a sinalização, o farol para o modelo de Legislativo que desejamos. Com certeza, o projeto já começa com cerca de 30 votos, porque projeto semelhante foi derrubado no Governo Azeredo.

A Bancada do PMDB, que era Oposição em 1988, hoje tem 15 Deputados. Votará pela derrubada do veto. A Bancada do PT tem 5 Deputados. Teremos, então, 20 votos. A Bancada do PSB, que não existia na época, hoje tem 5 Deputados. Ai já serão 25 votos. E naquela época, Deputado Antônio Júlio, V. Exa. era o Líder do nosso bloco de oposição ao Governo Estadual. Já teremos 30 votos. Temos a manifestação do PSDB e do PFL pela derrubada do veto. Com toda certeza, esse veto, por questão de coerência, será derrubado com aproximadamente 50 votos, para que haja transparência e fiscalização das ações dos poderes públicos no Estado. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria Olívia - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, falarei sobre o projeto de lei apresentado por esta Deputada que dispõe sobre um programa de renda mínima para a família que se responsabilizar pela guarda de crianças e adolescentes abandonados. Esclareço que minha proposta vem ao encontro dos fatos sociais ocorridos em Minas e no Brasil e que projeto desse tipo já se transformou em lei no Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. Governador do Estado vetou o projeto baseado nos seguintes itens: 1 - ter a proposta vício de iniciativa; 2 - inexistir previsão orçamentária para a implantação do programa; 3 - ser um programa social isolado. Isso é um absurdo. A bolsa-escola foi tão badalada, e, agora, as famílias que querem retirar as crianças das ruas e adotá-las não recebem qualquer apoio do Estado. Esta Casa não pode votar contra esse projeto, que foi aprovado aqui depois de passar pelas comissões. Por que não foi rejeitado antes?

Ora, admitindo-se a existência de vício de iniciativa, anunciado nas razões do veto, pretendesse o Sr. Governador tornar verdade a pregação social que a voz alevantada de Minas alardeia, poderia fundamentar-se no disposto no art. 70 da Constituição do Estado, que considera sanado o vício pela sanção dada à proposta. Bastava, pois, sancionar esse projeto.

Verdade é que é muito fácil dizer-se um Governo voltado para o social, mas difícil é pôr em prática a palavra alardeada.

Esta Casa tem aprovado projetos e projetos que propõem a criação de programas, os mais diversos e da mesma natureza que o presente, sendo certo que o Sr. Governador os tem sancionado.

A falta de previsão orçamentária também não se justifica para barrar a proposta, porque fica para o próximo exercício.

Sendo assim, Srs. Deputados, é responsabilidade de cada um o voto. Lembro, entretanto, que estamos vendo os pivetes crescendo, sem o cuidado da FEBEM e sem que as famílias possam adotá-los, porque o Governo não oferece renda mínima. Depois, terá que gastar nas penitenciárias.

A responsabilidade é de cada um, mas depois ninguém poderá comentar, nos corredores da Casa, sobre os pivetes e menores abandonados e sobre o que acontece nas penitenciárias do Estado. Cada um deve usar seu poder de voto da melhor forma. Obrigada.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o relator em Plenário, Deputado José Henrique, se dignou a rever uma discussão sobre a derrubada do veto a esse projeto, que institui a reorganização e estruturação dos hospitais nas cidades-pólo ou nas cidades principais, para atender ao sistema de referência e contra-referência. Quanto à derrubada do veto, o Governador alega vício de iniciativa e inconstitucionalidade.

Pergunto aos Srs. Deputados e ao Sr. Presidente: A vida é constitucional? Buscamos, com essa proposta, adequar e estruturar os hospitais para atender demanda dos pacientes e de suas famílias angustiadas, que os trazem para Belo Horizonte para colocar ponte de safena, tratar de tumor cerebral, fazer intervenções mais complexas, secundárias e terciárias, enfim, para que o povo possa ser atendido, principalmente os mais carentes. Eles chegam a Belo Horizonte, são atendidos, voltam para casa e ficam esperando a assistente social chamar para a operação. Sabe em que dia eles serão atendidos? Nunca. Sabe em que dia eles serão lembrados? Na missa de sétimo dia.

Pergunto aos senhores: Do ponto de vista da constitucionalidade, a própria lei federal diz que todo cidadão brasileiro tem direito à vida. A vida é constitucional. Não existe vício de iniciativa. O mérito da vida está acima da Constituição. É isso que estou pedindo nesta tarde.

Gostaria que cada parlamentar me ouvisse com atenção. A vida das famílias do povo mineiro está em jogo. Se o veto for mantido, o povo terá pior atendimento. O direito à vida estaria sendo negado pelos Srs. Deputados, mediadores do povo nesta Casa.

Queria contar com o apoio de cada companheiro, pois sabemos que o Governo não aceita a derrubada do veto. O Governador não aceita a vida dos mineiros. Quer impor sua vontade neste Plenário, quer que fiquemos de joelhos diante da vida. Pergunto mais uma vez: A vida é constitucional? Sim, não só no governo dos homens, mas no governo de Deus.

Peço àqueles que acreditam em Deus e àqueles que querem preservar a vida que me apoiem nesse projeto. Não vamos ver nesse painel uma derrota imposta pelo Governador. Precisamos valorizar este parlamento na hora em que o povo clama por saúde. O binômio saúde e educação traduz as coisas mais importantes da vida.

Mesmo os constitucionalistas, diante de uma verdade dessas, dizem que a lei tem de ser compreendida, e não só voltada para sua letra fria, dizendo que isso é vício de iniciativa, é inconstitucional, que programa de saúde tem de ser estabelecido pelo Governador.

Temos definidos, no orçamento, 8,25% para serem gastos em saúde em Minas Gerais, fora os recursos da Lei Kandir. Os recursos existem. Gostaria de apelar para a consciência de cada companheiro, para que me permitam insistir nesse item da saúde, fazer com que possamos atender nossos representados, cuja maioria é carente, excluída. Temos uma grande população que está à beira da miséria, e pelo menos direito à vida eles têm.

Encaminho a votação pedindo que cada companheiro nosso possa atender a esse apelo, que, tenho certeza, é de todos nós. Nas diferentes regiões de Minas Gerais, o povo sempre clama por saúde, pela vida. Chega de miséria, de carência. Não vamos manter o veto, em que pese a contrariar o Governo, não só seu Líder, como também as outras Lideranças desta Casa. O direito à vida está acima de qualquer interesse.

Gostaria de apelar, mais uma vez, aos nobres pares, encaminhando a votação pela derrubada do veto. Vamos observar bem o resultado. Após, queremos declarar nosso voto, nossa alegria em dizer que todos aqui atenderam e estão certos de que os mineiros têm direito à vida. Mais uma vez, conto com o apoio de todos os companheiros. Muito obrigado.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 8/5/2001, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 2.015, 2.038, de 2001, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo, conforme abaixo discriminado:

Gabinete do Deputado Dimas Rodrigues

nomeando Euler Rodrigues dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Rogério Correia

nomeando Azenide Marquel de Oliveira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Shakespeare Martins de Jesus para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas.